



Handwritten signatures and the number - 403 - in the top right corner.

## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

### ATA N.º 23/2020

----- Ata da reunião ordinária realizada aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte.-----

----- Aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e vinte, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Município, a Câmara Municipal de Manteigas, sob a Presidência do Senhor Presidente da Câmara, Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, encontrando-se igualmente presentes os Vereadores, Senhores José Manuel Custódia Biscaia, Célia Maria Ramos Morais (através de videoconferência), José Manuel Saraiva Cardoso e Irene Paixão dos Santos Leitão. -----

----- Sendo cerca das catorze horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião.-----

----- De conformidade com o art.º 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a ordem do dia estabelecida para a presente reunião inclui o seguinte assunto: -----

#### **1. Aprovação da ata nº 22/2020.**

#### **2. Intervenção do Público.**

#### **3. Período Antes da Ordem do Dia.**

#### **4. Ordem do Dia.**

**4.1 Deliberação sobre o Concurso Público para a Concessão de Exploração da água de origem da nascente Paulo Luís Martins.**

**4.2 Deliberação sobre a revisão orçamental n.º 3/2020.**

**4.3 Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2021: apreciação e deliberação sobre a remessa à Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea c), do nº 1, do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.**

**4.4 Deliberação sobre as Normas de Execução Orçamental 2021.**

**4.5 Apreciação e deliberação sobre a remessa à Assembleia Municipal da autorização genérica no âmbito da Lei dos Compromissos (alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e nº 1, do artigo 12º, do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho).**

**4.6 Deliberação sobre o pedido de isenção de taxas formulado pela Associação de Pais e Encarregados de Educação do Concelho de Manteigas, relativamente à utilização do auditório municipal.**

**4.7 Deliberação sobre o compromisso plurianual – ajuste direto para aquisição de serviços para edição e produção de vídeo promocional de Manteigas.**

**4.8 Renovação de licença para “Ampliação e Requalificação de ERPI da Santa Casa de Misericórdia de Manteigas”.**



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

**4.9 Deliberação sobre o projeto de arquitetura, referente à construção de edifício destinado a comércio – Luís José dos Santos Melo, Valzedo, Manteigas.**

**4.10. Deliberação sobre projetos de especialidades, referentes à construção de habitação unifamiliar – António Vicente Ramos Cleto, Rua da Arrifana, Manteigas.**

**4.11. Deliberação sobre a alteração de habitação unifamiliar – Christiane da Silva Sabino, Rua D. João de Castro, Manteigas.**

### **Aprovação da Ata n.º 22/2020. -----**

----- Achada conforme, a ata n.º 22/2020 (da reunião do dia 04-11-2020) foi aprovada, por unanimidade, dispensando-se a sua leitura, devido ao facto do respetivo texto ter sido, previamente, distribuído. -----

### **Intervenção do Público. -----**

----- Não houve público inscrito a fim de intervir. -----

### **Período Antes da Ordem do Dia. -----**

----- O Senhor Presidente, no uso da palavra, fez alusão às notícias menos agradáveis que têm vindo a público sobre a situação que se vive em Manteigas, no âmbito da pandemia COVID-19. Explanou que a forma como os meios de comunicação social transmitiram a notícia, sem qualquer tipo de enquadramento prévio, fez com que a projeção dos números perante o rácio dos 240/100.000 habitantes, colocasse o concelho em algumas listagens, com um número extremamente elevado, a aproximar-nos quase de 75% da população, o que se fosse verdade seria extremamente catastrófico. -----

Sublinhou que, no dia anterior, já tinha reagido a essas notícias, em vários órgãos de comunicação social, inclusivamente tinha feito o apelo numa rádio da Guarda, para que houvesse uma contextualização do número de infetados em Manteigas. -----

O que é mais lamentável, é que é que alguns órgãos de comunicação social, mesmos após ter sido feito esse pedido de contextualização dos números, mantiveram a primeira peça que tinham transmitido, pelo menos nesse dia à noite ainda passaram a primeira peça. -----

Explanou que se tivessem feito a correlação com os 100.000 habitantes, teria se percebido o número de 2600, ou seja, se Manteigas tivesse 100.000 habitantes o número de infetados seria esse. O problema é que não fizeram essa relação. -----

Por outro lado, tem diligenciado no sentido de ser publicada, constantemente, na página da Câmara a informação sobre os dados relativos ao COVID-19 em Manteigas, informação que é remetida pela Autoridade Local de Saúde, a quem compete definir quais são os casos, quantos são e dar esse tipo de informação. -----

Deu nota que, em menos de 24 horas, verificou-se uma redução significativa do número de casos ativos, que reduziu de setenta e nove para cinquenta e um casos ativos. -----



*Handwritten signatures and the number - 405 -*

## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Segundo a última informação prestada pela Direção Geral de Saúde, através da Autoridade Local de Saúde, este é o número de infetados no concelho, na presente data. Neste seguimento, entregou aos Senhores Vereadores o documento oficial que contém essa informação, tendo o mesmo um caráter sigiloso.-----

Salientou que tem estado em contacto sistemático com o Delegado de Saúde de Manteigas, e pelo que se tem percebido o número de casos tem vindo a decrescer. Fez votos que o número de infetados continue a diminuir, sendo certo que tudo depende do comportamento coletivo da população.-----

Deu nota que, atualmente a Autoridade Local de Saúde também se depara com alguns problemas em termos de pessoal, com alguns trabalhadores infetados e outros em regime de isolamento, ainda assim, considerou que essa entidade tem conseguido fazer um bom trabalho. Recordou que o Município promoveu a realização de testes, tendo-se percebido, numa primeira fase, que havia três linhas de contágio, que depois passaram a contágio comunitário, tendo-se realizado mais uma centena de testes.-----

Por outro lado, procedeu-se à desinfeção de todas as escolas do concelho, incluindo o Infantário Favo de Mel; distribuíram-se mais máscaras pelos lares, instituições e por todos os estabelecimentos comerciais, reforçando junto de alguns setores o número de máscaras; na passada sexta-feira fez-se circular pelo concelho uma viatura do Município, com uma mensagem sonora a solicitar à população que adotasse medidas de segurança e que adotasse voluntariamente o confinamento, mesmo antes de ele entrar em vigor no concelho; foram afixados alguns cartazes, inclusivamente nas viaturas da Câmara, que à medida que iam circulando alertavam a população.-----

Salientou que, desde a passada quinta-feira até à presente data, houve uma redução significativa do número de pessoas que circulam na rua, pois era necessário tomar mais e melhores medidas de segurança, num momento em que os números da pandemia dispararam novamente, em todo o país e em Manteigas.-----

Neste momento, tem de se aguardar para ver o que acontece nos próximos dias, dado que vamos ter mais um fim-de-semana de confinamento, sendo que o Governo está a pensar alterar os valores do rácio dos 240/100.000 habitantes para 960/100.000 habitantes.-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia tomou a palavra, por forma a compreender a cadeia de transmissão, questionou se há núcleos de infeção.-----

----- O Senhor Presidente esclareceu que, neste momento, o contágio é comunitário. Inicialmente foram identificadas três linhas de contágio, que vieram do exterior, uma de Gonçalo, outra da hemodiálise e outra de Lisboa, entretanto o vírus foi-se disseminando, pois foram



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

contagiando familiares e conviventes e acabou por se tornar numa linha de contágio comunitária, deixando de haver linhas identificadas. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia, no uso da palavra, declarou que a comunicação social não sabe o que está a comunicar, pois é premente que na informação que divulgam tivesse o número absoluto de infetados, explicando que a esse número corresponde X percentagem por 100.000 habitantes. -----

Manteigas, que é um concelho pequeno deveria ter número absoluto e o número de correlação por X mil habitantes. A comunicação social não tem esse cuidado, há uma má disseminação da informação, que é a todos os níveis criticável. -----

Do seu ponto de vista, ninguém pode fazer mais do que tem feito e a Câmara terá feito o melhor que pode e sabe, contudo o problema é mundial e não há uma solução mundial. Se os países e os concelhos com elevada dinâmica financeira e social não conseguem atalhar o processo, Manteigas também não consegue de certeza absoluta. -----

Gostaríamos muito que o concelho não tivesse nenhum caso, contudo esta situação ultrapassa a nossa capacidade de intervenção, e apenas podemos conhecer o número de casos que existem e tentar que não haja transmissão, sendo que com o bom exemplo de todos, esses números irão decrescer. -----

Fez votos que o número de infetados diminua significativamente no concelho, contudo deixou a ressalva que enquanto o concelho não reduzir para seis ou sete casos, em função do rácio que é apresentado, continuaremos a aparecer como um concelho de elevado risco de transmissão. ---

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso, no uso da palavra, questionou se o Senhor Presidente tem conhecimento de novos testes que tenham sido feitos recentemente e que estejam a aguardar resultados, ou se neste momento está tudo apurado. Interpelou se a GNR tem meios para fazer a fiscalização, se têm acesso às listagens das pessoas infetadas e das que estão em confinamento. -----

----- O Senhor Presidente respondeu que apenas tinha conhecimento que no dia anterior tinham sido realizados testes e que não houve registo de casos positivos. Explicou que vão sendo realizados testes a quem está em isolamento profilático, que depois têm de realizar novo teste para confirmar que já não estão positivos ao vírus. -----

Esclareceu que a GNR é a única entidade que recebe a listagem que contém os nomes dos casos positivos. Os resultados aos testes que o Município mandou fazer, não foram entregues à Câmara, até mesmo por uma questão de proteção de dados. Apenas foram sinalizados casos positivos, os que estavam negativos foi transmitido que estavam negativos, tendo esses dados sido remetidos ao Delegado de Saúde. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

O Delegado de Saúde é quem recebe essa informação e a envia para a GNR. Para o Município, nesta segunda vaga da pandemia, nunca vem mencionado o nome do infetado. -----

No caso dos testes que foram mandados fazer aos trabalhadores da Câmara, apenas foi dado a conhecer ao Município que ninguém tinha testado negativo. Caso houvesse algum positivo era transmitido ao Delegado de Saúde, que depois notificava a GNR. -----

Deu nota que, na quarta-feira anterior, falou com o comandante distrital da GNR a quem, mais uma vez, reportou a falta de pessoal efetivo no posto da GNR de Manteigas. Nesse seguimento, foi enviada uma brigada de intervenção para o concelho, que tem estado presente todos os dias, tendo passado a ser feito um serviço de maior proximidade, batendo à porta das pessoas que testaram positivo. -----

Foi ainda realizada, na Câmara, uma reunião da Comissão Municipal de Emergência e Proteção Civil, exatamente para chamar à atenção para essa necessidade, pois se cada um fizer aquilo que lhe compete e se todos colaborarem as coisas resolvem-se. A GNR comprometeu-se a fazer o serviço de proximidade e tal tem sido feito desde quinta-feira passada. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia sublinhou que a par da saúde, que é o mais premente, há também a saúde económica do concelho. Saliou que há um conjunto de empresas, designadamente, a restauração que estão a passar por um momento difícil, questionou se está prevista alguma atitude de intervenção junto destes empresários, no sentido de obviar as dificuldades que naturalmente atravessam. Deu nota que há alguns concelhos que dizem estar preparados para fazerem apoio aos empresários, desde que devidamente caracterizados. Interpelou se a Câmara está a pensar fazer algo nesse âmbito. -----

----- O Senhor Presidente esclareceu que no Orçamento para 2021, que nesta reunião será apreciado, estão previstas duas rubricas ligadas aos efeitos do COVID-19. Uma das rubricas está dotada com cento e vinte mil euros (120.000,00€), que poderá não ser muito, mas que pode ser ajustada com verbas relativas às despesas, que entretanto não foram realizadas face a atividades que tiveram de ser canceladas, devido à continuidade da pandemia. -----

Portanto, há duas rubricas identificadas no Plano de Atividades e Orçamento para esse fim, uma destinada a apoiar as famílias, que é a rubrica do Fundo de Emergência Social, e outra rubrica para apoio às empresas que vierem a ter uma redução na faturação, pelos efeitos do COVID-19. Ainda assim, essa é uma matéria que terá de ser devidamente regulamentada. -----

Do seu ponto de vista, o Município não deve agir como algumas Câmaras Municipais estão a agir, sob pena de incumprir a lei. A título de exemplo, referiu que houve Municípios que decidiram contratar taxistas para irem aos restaurantes buscar as refeições, para quem assim o desejasse, independentemente de a pessoa necessitar ou não. Considerou ser uma atitude acima de tudo populista, que não é correta. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Declarou que este apoio tem de estar devidamente enquadrado, tendo já solicitado ao gabinete social que comece a analisar a situação, no sentido de se aplicar os regulamentos de apoio aos idosos mas, também, de forma mais abrangente tentar identificar quem necessita desse apoio. -

No que concerne às empresas terá de ser analisada a faturação, e ver a melhor forma de se fazer esse apoio, pois as empresas nos últimos tempos têm a faturação reduzida devido aos efeitos do COVID-19. Deu nota que o mais correto será ter em linha de conta a faturação de um período homologado, em que os efeitos da pandemia ainda não se tenham feito sentir. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia pediu que esse regulamento seja apresentado à Câmara. -----

----- O Senhor Presidente anuiu que o mesmo será preparado, podendo ser cumulativo com as medidas que o Governo está a adotar, visto que já anunciou irá intervir junto dos restaurantes e compensá-los em relação à faturação perdida. Questionou se os Senhores Vereadores desejam colocar mais questões neste ponto da ordem de trabalhos. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso fez uso da palavra, recordou que há uns anos (no primeiro mandato do Senhor Presidente) foi apresentado um pedido pelo cidadão holandês Jan Jansen, que é o autor do Guia Geobotânico da Serra da Estrela. Na altura, o Senhor Jan Jansen propôs-se atualizar o Guia e acrescentar um capítulo relativo à fauna e flora dos percursos pedestres. Deu nota que, no mandato anterior quem estava com esse assunto era o Senhor Engenheiro Pedro Lucas, que ainda fez alguns contactos que não foram muito bem-sucedidos, porque perdeu-se a paginação da primeira edição que, entretanto, está esgotada já há muitos anos. -----

Neste contexto, questionou se há disponibilidade da Câmara para retomar este assunto de raiz. Do seu ponto de vista, o livro tem de ser feito de raiz, tal como as próprias fotografias, pois segundo consta desapareceu praticamente tudo. -----

Aludiu que um outro assunto que pretendia abordar prende-se com o livro do Senhor José Cleto Estrela. Recordou que o Senhor Presidente, na última informação que prestou a esse respeito, tinha dito que o assunto estava desbloqueado, apenas subsistia o problema da grossura da capa. Questionou qual o ponto da situação. -----

No que concerne ao requerimento que apresentou ao Senhor Presidente, na anterior reunião, solicitou que a informação lhe fosse enviada à medida que os serviços forem prestando a mesma. -----

Disse ter tomado conhecimento de que tem havido problemas de iluminação pública na zona da Lapa e também no Alardo, pelo menos em três dias seguidos. Questionou se o Senhor Presidente sabe o que se está a passar. -----



*Handwritten signature in blue ink*

*Handwritten signature in blue ink*

## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Por último, aludiu já ter visto à venda, no comércio local, a nova água "Vale Glaciar", que estará a ser produzida nas instalações da Fábrica Sotave. Disse que gostaria de ser esclarecido sobre o tratamento que está a ser feito às águas residuais, se há uma estação de tratamento ou se as águas estão a ir para o saneamento, o que não pode acontecer em qualquer dos casos. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia tomou a palavra, recordou que os holofotes do Posto de Turismo continuam por acender. Deixou o alerta, uma vez que já foram concluídas as obras para reparar as deficiências que aí se verificavam. -----

Chamou ainda a atenção para uns candeeiros retangulares que estão instalados no jardim da vila, que carecem que lhes seja dada iluminação. -----

----- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão solicitou a palavra, questionou qual a razão de nos documentos de suporte à presente reunião, que foram disponibilizados na plataforma do Município, na sexta-feira passada, constar a versão primitiva do caderno de encargos da Fonte Paulo Luís Martins, facto que a deixou perplexa. Por outro lado, na segunda-feira não recebeu os documentos em suporte papel para esta reunião, logo não teve como os analisar. -----

Explicou que após analisar o contrato e aquilo que tinha sido discutido, recebeu um *e-mail* da Câmara onde se remetia o novo contrato, pois por lapso o documento primitivo constava da plataforma, e tinha sido substituído pelo que hoje está em apreciação. -----

Na terça-feira, quando recebeu os documentos em suporte papel, verificou que lhe foi remetido o caderno de encargos primitivo e nesta data, quando chegou a Manteigas, encontrou na sua casa outro caderno de encargos. -----

Salientou que é inadmissível tal trapalhada na distribuição correta e atempada da documentação de suportes às reuniões.

Solicitou que, de uma vez por todas, lhe seja entregue atempadamente a documentação para a reunião de Câmara, por forma a poder preparar convenientemente as matérias. Declarou ser a ordem de trabalhos extensa, e face à troca de documentos, gastou tempo precioso na análise dos mesmos, fazendo o estudo comparativo entre eles, que teria sido evitado se tive havido a diligência exigível na emissão dos mesmos. -----

----- O Senhor Presidente tomou a palavra para prestar os esclarecimentos solicitados pelos Senhores Vereadores. No que concerne ao livro do Senhor Jan Jansen, esclareceu que tal pedido não vem do seu primeiro mandato, a pretensão do mesmo pode já vir dessa altura, inclusivamente tinha falado com ele sobre esse assunto, contudo nunca formalizou nenhum pedido por escrito, ficou apenas a ideia no ar. -----

Depois passaram mais quatro anos e, tal como disse o Senhor Vereador José Cardoso, também nada foi feito. Informou que, neste mandato, no final de 2018 houve contactos com o Senhor Jan



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Jansen e ele chegou a enviar-nos os números, não orçamentos concretos, e ia para setenta e cinco mil euros a publicação, pois envolvia várias equipas. -----

Neste momento, o assunto está a ser tratado no seio da Comunidade Intermunicipal, devido ao Geopark, uma vez que o Senhor Jan Jansen também colaborou com a equipa do Geopark. Neste contexto, está a ser discutida a possibilidade da publicação de um livro com referência ao Geopark, é uma matéria nova que existe e que pode ser integrada no livro, sendo que o mesmo também assim o pretende. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso deixou a ressalva que na altura havia um orçamento que era recuperável com a venda do livro, pois o autor cedia os direitos. Constatou que se o referido livro for tratado no âmbito do Geopark, significa que o capítulo que o Senhor Jan Jansen propunha acrescentar, sobre os nossos percursos pedestres, pode ficar sem efeito. -----

Sublinhou que os percursos pedestres têm muita informação geológica, da flora e da fauna, contudo têm uma insuficiência, pois podiam estar mais formatados para a realização de visitas científicas, em vez de serem simples percursos feitos em pouco tempo, sendo que esses conteúdos custam dinheiro, porque não há muita gente detentora desse conhecimento. -----

----- O Senhor Presidente explanou que o capítulo sobre os percursos pedestres pode não ficar necessariamente de fora, pode haver uma referência aos percursos pedestres de Manteigas e dos outros concelhos que fazem parte do Geopark. Neste momento, apenas podia dizer que o assunto está a ser tratado no seio da Comunidade Intermunicipal, sendo que ia pedir informação sobre essa matéria. -----

No que diz respeito ao livro do Senhor José Cleto Estrela, o livro já está pronto e editado, os livros já estão na Câmara à espera que o Senhor José Cleto Estrela marque a apresentação do mesmo, contudo devido à situação de pandemia tudo atrasou. Explicou que os livros ainda não estão à sua disponibilidade, pelo menos enquanto não fizer a respetiva apresentação, contudo já tem em sua posse um exemplar, que lhe foi entregue, para ver se tudo está em conformidade. --

Em relação ao requerimento que o Senhor Vereador José Cardoso apresentou na última reunião, disse ter registado o pedido e à medida que os serviços tiverem os dados, os mesmos serão transmitidos. -----

Quanto à iluminação pública, deu conhecimento de que a EDP já esteve no local e a avaria que se verificava na zona das Caldas já foi reparada há dois dias. -----

No que diz respeito às águas residuais da nova fábrica de águas, anuiu que nada deve ir para a rede sem que tenha um pré-tratamento (sobretudo se forem águas nocivas para o ambiente) e só depois devem ser lançadas às linhas de água, cumprindo com parâmetros analíticos e de



*[Handwritten signatures in blue and black ink]*  
- 411 -

## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

qualidade. Agradeceu o alerta deixado pelo Senhor Vereador José Cardoso, sendo que ia verificar essa situação junto dos serviços do Município. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso deixou a ressalva, que mesmo que seja possível realizar o pré-tratamento das águas, as mesmas vão ser debitadas em quantidades industriais na rede, o que vai onerar em muito a fatura da Câmara, pois são muitos milhares de litros que se utilizam só em lavagens e o regulamento do Município não está formatado para casos desta natureza. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia sublinhou que independentemente de as águas residuais serem entregues no emissário principal ou em outro, tem de ser feita uma medição e como a mesma não é feita à entrada, terá de se medir à saída. -----

A referida água aparece no mercado como água lisa, questionou se não tem de ter uma licença de água de nascente e se o Senhor Presidente conhece qual é a caracterização dessa água. ----

----- O Senhor Presidente elucidou que segundo o que teve conhecimento, trata-se de água mineral, que pode ser vendida como água de nascente ou água mineral, visto que a água que é retirada do subsolo que vem à superfície por si só, sem qualquer tipo de mecanismo que a capte, é chamada água de nascente e de mesa, mas pode ser de mesa e ser mineral porque é extraída do subsolo. -----

Segundo a informação que lhe foi prestada, a empresa tem licença de exploração e tem o registo da marca, designada de água *Vale Glaciar*, e não *Glaciar*. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia refletiu que para ser uma água de engarrafamento de nascente, tem de ser entregue, na entidade competente, os resultados relativos aos valores químico/biológicos durante três anos. -----

Explanou que apenas queria saber se a água foi classificada, quem a classificou, se está devidamente licenciada, se está tudo legal. Esta empresa para estar a laborar num edifício da Câmara, o mesmo tem de estar classificado pela entidade que faz a fiscalização industrial, que atesta que o edifício tem condições para o efeito. -----

O Município tem de ter conhecimento desta matéria para licenciar todo o processo, depois há um licenciamento a montante que é o produto. Interpelou se o produto está devidamente licenciado para ser engarrafado e posto à venda ao público. -----

Sublinhou que é preciso saber se a empresa possui uma licença industrial e a licença de qualificação da água, bem como onde são entregues os efluentes que sejam nocivos para a água do rio. Caso esses efluentes sejam entregues no nosso emissário ou na nossa zona de efluentes, se está a ser feita uma medição, sendo que terá de ter um medidor especial. Isto porque aquela água não entra pelo abastecimento normal, entra por fora e depois, se sai sem ser contabilizada à entrada, tem de ser contabilizada à saída. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

A Câmara tem a obrigação de questionar se a empresa está a entregar efluentes na rede; o que é que lá está a entregar; o que é que foi verificado pela entidade que licenciou industrialmente o processo; se é feita ou não a lavagem do contentor; se a empresa produz no local o contentor e têm o subproduto; o industrial paga ou não o lançamento do efluente na rede. -----

Explanou que o Senhor Presidente não tem culpa, pois não está a fiscalizar a indústria, nem está a fiscalizar a qualidade do produto, mas tem obrigação na parte que lhe cumpre de exigir a resposta a estas questões. -----

Sublinhou que no espaço temporal para classificação da água, a Câmara teve de ser chamada ao processo. -----

----- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão manifestou preocupação quanto ao facto de existir já uma unidade de engarramento de água, o que pode originar a que concurso da água da Fonte Paulo Luís Martins, seja menos aliciante para possíveis candidatos. -----

----- O Senhor Presidente tomou a palavra para esclarecer que para ser feita a classificação da água é necessário que a empresa apresente os resultados durante meio ano, na entidade competente. Explanou que para a Câmara ceder as instalações, obrigatoriamente, a empresa tem de apresentar o licenciamento industrial, esta é uma condição *sine qua non*. Aludiu ter a certeza que tal foi entregue na Câmara, pois isso foi informado pelo gabinete de apoio ao investimento. -----

Declarou que irá diligenciar no sentido de se apurar a situação. Indicou que desconhece desde quando é que a água está a ser analisada, contudo, pelo que teve conhecimento, já há muito tempo que a empresa em causa mantinha contacto com os proprietários dos terrenos, onde estão as captações, e aí tinha furos exploratórios. -----

No que diz respeito ao atraso na entrega dos documentos à Senhora Vereadora Irene Leitão, deu nota que já, anteriormente, tinha pedido à Senhora Dra. Gabriela Cravinho que averiguasse o que se passa, dado que se trata de uma situação recorrente. -----

Explicou que, nesta data, foi entregue, em suporte papel, aos Senhores Vereadores o caderno de encargos correto, visto que aquele que inicialmente foi enviado não tinha as correções efetuadas. -----

### Ordem do Dia. -----

#### **Deliberação sobre o Concurso Público para a Concessão de Exploração da água de origem da nascente Paulo Luís Martins. -----**

----- Foram presentes, para deliberação, as peças procedimentais (programa de procedimento e caderno de encargos) referentes ao concurso público para concessão de exploração da água de origem da nascente da Fonte Paulo Luís Martins. -----



Luís - 413 -  
[Handwritten signatures]

## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Presidente, no uso da palavra, explanou que os documentos em apreço têm algumas alterações, em relação à última versão que foi presente à Câmara, e embora não sejam muitas as alterações, são de algum significado, desde logo no que diz respeito à utilização do recurso da água da Fonte Paulo Luís Martins, sendo que uma pequena palavra define para que serve. -----

Recordou que uma das perguntas que foi suscitada pelo Grupo do Partido Social Democrata, na Assembleia Municipal, foi: "*utilização para quê?*" Desta forma, no Programa de Procedimentos é referido que a utilização é para engarrafamento e comercialização dos recursos. -----

Depois no caderno de encargos, assinala-se uma alteração no artigo 7º *Conceitos*, alínea d), com o último parágrafo, visto que também foi questionado se as intervenções não tinham de ser autorizadas e acompanhadas pelos serviços técnicos da Câmara. Neste seguimento, acrescentou-se a seguinte redação: "*toda e qualquer intervenção deverá ser autorizada pela Câmara Municipal e supervisionada pelos seus serviços técnicos*". -----

Deu nota que na proposta que tinha ido à Assembleia Municipal, o artigo 10º mencionava, por lapso, o valor de trinta cêntimos (0,30€), quando o valor correto é um euro e cinquenta cêntimos, proposto pela Senhora Vereadora Irene Leitão, portanto foi também feita essa correção. -----

Aludiu que no caderno de encargos, na alínea b) do artigo 38.º foi acrescentado: "*várias condutas existentes ou a instalar desde o ponto da captação até à ETA do Cadaval.*", ou seja, são os meios afetos à concessão e respetivo regime. -----

Em suma, estas são as alterações que se propõem para os documentos supracitados. Em seguida, propôs que a Câmara aprove as alterações e que submeta, novamente, os documentos à Assembleia Municipal-----

----- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão retificou que o valor que tinha proposto era no montante de um euro e quarenta e cinco cêntimos (1,45€), contudo congratulase que a Câmara tenha arredondado o valor para um euro cinquenta cêntimos (1,50€). -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso alertou que num documento é referido um euro e quarenta e cinco cêntimos (1,45€), no caderno de encargos está um euro e cinquenta cêntimos (1,50€), contudo tem ainda por extenso escrito os trinta cêntimos. -----

----- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão aludiu que pretendia apresentar algumas sugestões. Declarou que aceita as alterações apresentadas pelo Senhor Presidente, contudo considerou que não estão inseridas nos locais próprios. -----

A alteração de conceitos, a própria epígrafe do artigo diz que são "*conceitos*", ora um conceito define algo. Este aditamento à alínea d) que diz: "*que correm por conta da concessionária todas e quaisquer despesas emergentes de qualquer intervenção necessária junto ao aquífero*", não se



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

tratando de um conceito, na sua opinião, esta menção deveria estar aditada ao artigo.º 14, em "outros encargos", que fala dos outros encargos do concessionário. -----

Assim sendo, a última parte da alínea d) ficaria melhor no n.º 3 do artigo 14.º: "*correm ainda por parte da concessionária todas e quaisquer despesas emergentes de qualquer intervenção necessária junto do perímetro de proteção do aquífero, intervenção que terá sempre de ser autorizada pela Câmara Municipal e supervisionada pelos serviços técnicos.*" -----

No que diz respeito à alínea b), do n.º 1, do artigo 38.º, do seu ponto de vista, onde refere: *tubagens, condutas de adução existentes ou a instalar*", dever-se-ia eliminar a palavra "instalar", porque pode originar litígio com a parte que se introduziu das condutas a instalar, que é da responsabilidade do concessionário. -----

Portanto, os bens afetos serão esses, mas a Câmara já não vai instalar nada, sendo que a forma como está redigida essa alínea dá a ideia que o concedente (a Câmara Municipal) poderá ainda vir a instalar, visto que o artigo 38.º remete para os bens que estão afetos à concessão.. -----

----- O Senhor Presidente explicou que no caderno de encargo é referido que essa é uma obrigação do concessionário. Indicou que essa alteração foi feita para dar resposta a uma das questões suscitadas pelo Grupo do PSD na Assembleia Municipal. -----

Sublinhou que depois de ter olhado para as 22 questões que foram colocadas pela Bancada do PSD na Assembleia Municipal, verificou que a maior parte delas são só perguntas, não são propostas. Ainda assim, tentou integrar aquelas que fazem algum sentido. -----

Aludiu desconhecer qual vai ser a posição dessa Bancada, dado que estas alterações não foram negociadas. Saliu que teve esse documento em consideração, uma vez que o Senhor Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, na Assembleia, disse o seguinte: "*Se o Senhor Presidente da Câmara aceitar a proposta que estamos a fazer, nos votamos favoravelmente.*" -- Nesse seguimento, disse ter tido o cuidado de conversar com ele e de lhe pedir que enviasse as propostas dos pontos que pretendia ver alterados. Referiu que no último contacto que tiveram, foi-lhe dado conhecimento de que não havia consenso na Bancada do PSD sobre esta matéria.

----- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão aceitou, contudo pediu que fosse acrescentado: "*a instalar pelo concessionário*", por forma a ficar clarificado. -----

Questionou se no documento inicial do programa de procedimento se previa a hipótese de ficando o concurso deserto poder ser por ajuste direto. É lícita a previsão do ajuste direto? -----

----- O Senhor Presidente concordou com a alteração do texto proposto pela Senhora Vereadora Irene Leitão. -----

Esclareceu que segundo o disposto no código dos contratos públicos é legal o procedimento de ajuste direto no caso do concurso ficar deserto. -----



*[Handwritten signatures in blue and black ink]*  
- 415 -

## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso solicitou a palavra, aludiu que não esteve presente na Assembleia Municipal onde este assunto foi apreciado, como tal desconhece quais foram as propostas apresentadas pela Bancada do PSD, e nada tem a ver com as propostas que esse Grupo da Assembleia Municipal apresenta no órgão próprio. -----

Avocou que, já anteriormente, os Vereadores do PSD tinham apresentado as suas propostas, tendo considerado que o Executivo em funções pode ter uma atitude menos rígida e mais flexível, no sentido de melhorar os documentos e de defender os interesses quer da Câmara, quer dos Manteiguenses. -----

Disse ter conhecimento que o caderno de encargos é da responsabilidade da Câmara, e esta acolheu uma ou outra sugestão que foi apresentada, mas não as mais determinantes. Face ao exposto, disse que ia fazer algumas observações e propostas. -----

Considerou que se devia fazer o anúncio no jornal da União Europeia, embora não seja obrigatório; -----

Deveria ser elaborado, previamente ao concurso, um estudo de mercado e exigir aos concorrentes a apresentação de um projeto de investimento; -----

Do seu ponto de vista, as menções às condutas deveriam ser eliminadas dos documentos, visto que não foram apresentadas evidências que as mesmas são propriedade do Município, nem sequer se tem em consideração que o prazo de validade dessas condutas era de vinte anos e já foram ultrapassados; -----

Reiterou que acha excessiva a concessão por vinte anos, embora não seja das questões em que faça mais finca pé, mas pensa de modo diferente em relação à renovação por curto prazo não inferior a cinco anos, que permitiria que ao fim dos vinte anos se fizesse uma renovação por setenta anos. Portanto, onde diz mínimo, deveria dizer-se máximo, porque ao fim de cinco anos o retorno do investimento já está mais do que realizado. -----

Em relação às condutas, é de conhecimento que não constam dos registos da Câmara e até estão em litígio judicial, tanto quanto foi informado pelo Senhor Presidente; -----

No artigo 8º, disse-se ser um benefício que se dá ao concessionário. Considerou que nada obsta, exceto a manutenção do caudal ecológico, a que seja utilizado mais de metade do caudal em algumas épocas do ano, em que há menos consumo e a nascente é mais abundante, e desde que esteja garantido o abastecimento público. Explanou que isto pode ser vantajoso para as duas partes, para a Câmara e para o concessionário; -----

Sublinhou que a redação a alínea *m)* do artigo 9.º é uma porta deliberadamente escancarada a propostas fraudulentas, uma vez que a exploração pode durar menos de cinco anos sem a criação dos postos de trabalho propostos. Sendo o número de postos de trabalho um dos



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

critérios para a seleção dos candidatos, a sua não concretização falsearia todo o processo do concurso. -----

Por outro lado, não existe qualquer cláusula sancionatória para nenhuma destas hipóteses, mas mesmo que houvesse já não resolveria a injustiça da seleção de candidatos ao concurso. Por conseguinte, este prazo nunca poderá ser superior a três meses após a assinatura do contrato. Em três meses a fábrica tem de estar a laborar em pleno, embora entenda que se for instalada uma linha nova, a quantidade de postos de trabalho nunca será em número de quarenta ou cinquenta, como foi anteriormente, mas serão cerca de dez ou vinte postos de trabalho; -----

No artigo 22.º, no n.º 2, alínea d), a menção “*se for caso disso*”, permite a ocorrência de situações arbitrárias, indesejáveis, a violação da lei e nada esclarece sobre a forma de medição dos efluentes. Portanto, tal menção tem de desaparecer e deve-se esclarecer como vão ser medidos os efluentes, à semelhança do que foi referido sobre a Fábrica que está instalada na Sotave. -----

O anexo III é um exercício perigosamente aleatório, desfasado da realidade, que não tem outra intenção que não seja favorecer os concorrentes, diminuindo-se artificialmente o valor da caução, já por si irrisório, e prejudicar os interesses do Município. De facto, a água vai estar disponível 365 dias por ano (e não 250 dias) e durante 24 horas diárias (e não 16 horas). -----

Em suma, indicou que estas são as sugestões que deixava à consideração, embora não sendo muitas, são pertinentes e que com um bocadinho de boa vontade resolveria o problema da abertura do concurso, com o voto favorável dos Vereadores do PSD. -----

----- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão salientou que o montante da caução a fixar neste concurso, foi um dos temas pelos quais se debateu, contudo, dada a explicação da Senhora Jurista do Município, que consta da ata de quinze de julho, que o cálculo da caução é fixado de acordo com as regras que constam no código dos contratos públicos, não põe em causa de que a mesma fixará os critérios legais. -----

Segundo o que percebeu, a caução só poderá ser fixada após a utilização de um mês, dos metros cúbicos da água, porque é em função dos metros cúbicos, não do valor total do caudal. Ou seja, é de um euro e cinquenta cêntimos (1,50€) vezes o metro cúbico, vezes os vinte anos. Portanto, embora não conste do caderno de encargos, mas consta do programa de procedimento a forma do cálculo da caução. Deu nota que é relevante, quando for possível determinar esse cálculo, o valor ser dado a conhecer à Câmara. -----

----- O Senhor Presidente clarificou que o valor base para o cálculo da caução, será calculado em função da proposta mais vantajosa que for feita em sede de concurso, visto que pode parecer uma proposta cujo valor seja superior à base de um euro e cinquenta cêntimos (1,50€).



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Handwritten signatures and the number 417 in the top right corner.

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso sublinhou que se o cálculo tiver por base os 250 dias e as 16 horas diárias, o valor será sempre distinto daquele que se obteria se fosse tido em conta os 365 dias e as 24 horas diárias, visto que a Câmara vai disponibilizar 50% do caudal, todos os dias do ano, durante 24 horas. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia fez uso da palavra, declarou que não via alterações substanciais aos documentos em apreço, que justifique que o assunto venha novamente à apreciação da Câmara. -----

Ainda assim, é benéfico que o processo seja apreciado várias vezes pelo Órgão Executivo, visto que o valor base já passou de trinta cêntimos (0,30€) para um euro e quarenta e cinco cêntimos (1,45€), proposto pela Senhora Vereadora Irene Leitão, e na atual versão foi fixado o valor de um euro e cinquenta cêntimos (1,50€). Sendo que há uma séria de matérias que têm vindo a ser esclarecidas. -----

Em suma, considerou que esta disparidade de valores dá uma imagem de falta de credibilidade, de base de sustentação. -----

Sublinhou que sempre defendeu que a Câmara é um parceiro de negócio e de acordo com os valores da Câmara isto é um grande negócio. Se o valor de base for fixado em um euro e cinquenta cêntimos (1,50€), estamos a falar de cinco mil milhões de metros cúbicos, é muito dinheiro. -----

Portanto, é um grande negócio, ainda por cima o Município está a representar um bem público com muita qualidade a nível mundial, o que significa que tem menos à vontade para negociar esta matéria, sobretudo porque desconhece qual é o valor real desse bem, nem qual é o melhor plano de negócios para o produto, visto que não há um estudo que permita decidir com rigor se o interesse público está a ser bem defendido. -----

A título de exemplo, referiu que, enquanto empresário, nunca foi para o mercado sem ter o conhecimento mínimo do mesmo, que lhe permitisse negociar. É premente conhecer o produto que se pretende colocar no mercado e caso não se tenha esse conhecimento, é necessário que alguém com o devido conhecimento faça a assessoria do processo. -----

Tendo em conta estas especificidades, questionou como se pode conferir ao negócio uma longevidade de vinte anos, são duas gerações. Pediu que se refletisse sobre esta ideia. -----

O negócio é bom ou mau? Não se sabe, isto é grave. E o negócio parado é bom? Salientou que o Rio Zêzere depende daquele abastecimento de água, sobretudo quando sistematicamente se retira a neve da serra e não se permite que haja acumulação do aquífero que alimenta esse rio.

Avocou que a forma como este processo está a ser conduzido é notoriamente liberal, facto que disse estranhar vindo do Partido Socialista e do Senhor Presidente, entregar-se ao mercado com



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

pressa e permitir que seja o mercado a ditar o valor do produto, sem se ter avaliado as condicionantes do processo e sem se ter um estudo que o sustente. -----

Ainda assim, se é o mercado que tem de girar este processo, se o nosso produto é internacionalmente reconhecido, então que seja feito um concurso internacional. -----

Qual é o valor? Quais são os máximos e os mínimos? Quem é que o vai utilizar? Será que não deve funcionar 24 horas? Estas são questões que se colocam. -----

Se todas as condicionantes estiverem devidamente gizadas, bem como o cumprimento da lei, se o produto tem a capacidade de fornecimento, porque não utilizá-lo. O empresário fala assim. Se é preciso utilizar o produto 24 horas por dia e se tiver de pagar por isso, que assim seja. -----

Outra dúvida que explanou prende-se com os efluentes da Fábrica, que são imensos, sendo que se desconhece onde são entregues. Fez alusão ao artigo que refere: *“as águas residuais, domésticas e industriais serão entregues no sistema, depois de tratadas e de medidas, se for caso disso”*, na sua opinião o texto deveria conter a seguinte redação: *“depois de tratadas, se for caso disso, e medidas”*. -----

Explicou que com isto pretendia dizer que nem todas águas têm de ser tratadas, apenas as que forem necessárias, porque se a água entra e sai diretamente não precisa de tratamento. Mas, obrigatoriamente, tem de ser medida e para tal tem de se prever um medidor de efluentes. -----

----- O Senhor Presidente clarificou que independentemente do exposto no caderno de encargos e no programa de concursos, não se pode entregar as águas no sistema público sem que as mesmas sejam medidas. Isso está protegido pela legislação e previsto no funcionamento do sistema de águas e saneamento da Câmara Municipal. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia alertou que o Município não possui nenhum regulamento que preveja um medidor de caudal para as entidades que não consomem água de abastecimento público, logo tem que se mencionar que para a entrega no sistema de águas residuais, é exigível que tenha um medidor. -----

Por outro lado, os consumos industriais têm outra maneira de fazer essa medição, por exemplo: entrou mil litros no contador e foi engarrafado setecentos litros, o que significa que o resto é efluentes. -----

Na seleção dos concorrentes, 40% é para postos de trabalho a criar no espaço de cinco anos. Considerou ser muito tempo, na sua opinião deveria ser até ao terceiro ano. Ainda assim, não há nenhuma sanção prevista para o incumprimento desta cláusula. -----

Referiu que este processo suscita imensas dúvidas. Se queremos clareza de processo o estudo devia ter sido feito e não foi. Por outro lado, se o liberalismo económico entrou nesta Câmara, então ao menos que se faça um concurso internacional. -----

Declarou que, por todas as razões já avocadas, não podia votar a favor deste concurso. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

419 -  
*[Handwritten signatures and initials]*

----- O Senhor Presidente clarificou que os efluentes terão de ser fiscalizados pelo Município, sendo que isso não tem de ficar expresso nestes documentos. -----

As propostas apresentadas pelos Senhores Vereadores do PSD já tinham sido expostas em anteriores discussões. -----

Disse que ia colocar à votação a proposta apresentada nesta reunião à Câmara, com a ressalva de se corrigir o valor que está em extenso de trinta cêntimos para um euro e cinquenta cêntimos e com a correção da alínea b), do n.º 1 do artigo 38.º, conforme proposto pela Senhora Vereadora Irene Leitão. -----

----- Submetido a votação, a Câmara deliberou por maioria, com os votos contra do Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso e do Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia, submeter a autorização da Assembleia Municipal, a celebração do respetivo contrato e fixação das respetivas condições gerais. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão declarou que vota a favor com a ressalva de que no artigo 38º, na alínea b) do n.º 1, conste o que se passa a citar: *"tubagens/conduitas de adução existentes ou a instalar pelo concessionário"*. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso, no uso da palavra, apresentou uma declaração de voto, que leu e que em seguida se transcreve:

### **"Concurso Público de Concessão de Água de Mesa da Fonte Paulo Luís Martins**

#### **Declaração de voto**

*Foi dito, redito e assimilado por todos que o recurso água potável tem vindo a ser ameaçado em todo o Mundo tanto na quantidade como na qualidade, em consequência das alterações climáticas. No caso de Manteigas, que tem na água o seu recurso mais genuíno e valioso, para além das contingências globais, tem especificidades e evidências que apontam para a diminuição progressiva do recurso no futuro, afetando também a sua qualidade e a sua pureza. A concessão da exploração de um bem tão raro e valioso deveria ser feita sem precipitações, com rigor e pelo preço adequado, acautelando os interesses do Município e a qualidade de vida dos Manteiguenses a partir da receita da exploração e da criação de postos de trabalho diretos e indiretos.*

*A concessão da exploração deve potenciar o interesse das empresas que estejam disponíveis e tenham capacidade para oferecer um preço justo.*

*Surpreendentemente, ou talvez não, somos chamados a pronunciar-nos sobre documentos que já apreciámos e votámos e que foram rejeitados pela Assembleia Municipal. Não tendo sido introduzidas alterações nos documentos, não se entende o seu reagendamento.*

*Renovamos, por isso, a fundamentação já expressa anteriormente que lamentavelmente não nos permitiu votar a favor da abertura do Concurso Público Internacional.*

*Não se entende a persistência, em não publicar o anúncio no Jornal Oficial da União Europeia o que potenciará a qualidade e quantidade dos candidatos.*

*Mais uma vez os documentos omitem a indicação do júri e do gestor do contrato.*

*Não procedeu o Município à elaboração de um estudo de mercado nem se exige aos concorrentes a apresentação de um projeto de investimento.*

#### **Sobre o Caderno de Encargos**



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Nº2 do Artº 5º - Não foram apresentadas quaisquer evidências de que as condutas mencionadas são propriedade do Município, nem sequer se tem em consideração que o prazo de validade dessas condutas era de vinte anos, já ultrapassados;

Nº 1 do Artº 6º - É excessiva a concessão por vinte anos sem se ter feito um estudo prévio ao caudal que tem diminuído significativamente nos últimos anos;

Nº 2 do Artº 6º - A renovação por prazos não inferiores a cinco anos permite, em teoria, que ao fim dos primeiros vinte anos se faça uma renovação por setenta anos;

Alínea e) do Artº 7º - Não foram apresentadas quaisquer evidências de que as condutas mencionadas são propriedade do Município, não constam dos registos do Município e estão em litígio judicial; nem sequer se tem em consideração que o prazo de validade dessas condutas era de vinte anos, já ultrapassados;

Alínea f) do Artº 7º - Idem;

Alínea g) do Artº 7º - Ibidem;

Nº 1 do Artº 8º - Nada obsta, exceto a manutenção do caudal ecológico, a que seja utilizado mais de metade do caudal em algumas épocas do ano, desde que esteja garantido o abastecimento público;

Alínea m) do Artº 9º - A redação deste ponto é uma porta deliberadamente escancarada a propostas fraudulentas, uma vez que a exploração pode durar menos de cinco anos sem a criação dos postos de trabalho propostos; sendo o número de postos de trabalho um dos dois critérios para a seleção dos candidatos, a sua não concretização falsearia todo o processo de concurso. Não existe qualquer cláusula sancionatória para nenhuma destas hipóteses, mas mesmo que houvesse já não resolveria a injustiça da seleção de candidatos ao concurso. Por conseguinte, este prazo nunca poderá ser superior a três meses após a assinatura do contrato.

Nº 1 do Artº 10º - Os montantes são descoincidentes do Caderno de Encargos (1,50 €) e no Programa de Procedimento (1,45 €), como são descoincidentes os algarismos e o extenso. Para além desta irregularidade formal que não é nova, o valor de 1,45 euros é aleatório e estranhamente muito abaixo dos 2,5 euros do primeiro concurso há mais de vinte anos; estes erros foram retificados em sessão.

Nº 1 do Artº 20º - Nada obsta, exceto a manutenção do caudal ecológico, a que seja utilizado mais de metade do caudal em algumas épocas do ano, desde que esteja garantido o abastecimento público;

Alínea d) do Nº 2 do Artº 22º - A menção "se for caso disso" permite a ocorrência de situações arbitrárias e indesejáveis em violação da lei e nada se esclarece sobre a forma de medição dos efluentes.

### **Sobre o Programa de Procedimento**

Alínea b) do nº 1 do Artº 15º - Vide alínea m) do Artº 9º do Caderno de Encargos;

Nº 5 do Artº 15º - Os montantes são descoincidentes do Caderno de Encargos e no Programa de Procedimento, como são descoincidentes os algarismos e o extenso. Para além desta irregularidade formal que não é nova, o valor de 1,50 euros é aleatório, porque não sustentado em qualquer estudo, e estranhamente muito abaixo dos 2,50 euros do primeiro concurso há mais de trinta anos, que contemplava outras contrapartidas, agora inexistentes;

Nº 2 do Artº 19º - O Anexo III é um exercício perigosamente aleatório, desfasado da realidade, que não tem outra intenção que não favorecer os concorrentes, diminuindo-se artificialmente o valor da caução, já de si irrisório, e prejudicar os interesses do Município. De facto, a água, vai estar disponível 365 dias por ano (e não 250 dias) e durante 24 horas diárias (e não 16 horas).

São bastos e claros os argumentos que permitem concluir que o concurso público, tal como está formatado, não acautela os interesses do Município e dos naturais e residentes no Concelho.

Em vez disso propicia potenciais situações fraudulentas.

Manteigas, 18 de novembro de 2020

Os Vereadores do Partido Social Democrata



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 421 -  
*[Handwritten signatures and initials]*

*José Manuel Custódia Biscaia  
José Manuel Saraiva Cardoso*

### **Deliberação sobre a revisão orçamental n.º 3/2020.** -----

----- Foi presente, para deliberação, a revisão n.º 3 ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2020. -----

----- O Senhor Presidente no uso da palavra, fez uma breve explanação sobre a matéria em apreço. Explicou que é necessário efetuar a revisão orçamental supracitada, com a finalidade de introduzir a arrecadação da receita de cento e doze mil euros (112.000,00€) de IVA recuperado. Por outro lado, verifica-se o ajustamento de várias classificações de receita corrente; o ajustamento da receita prevista com participações e projetos cofinanciados, revendo o orçamento em baixa, pois ficaríamos abaixo dos 85% de execução, sendo essa é uma realidade que não pode ser escamoteada, no valor de quinhentos e quarenta e cinco mil euros (545.000,00€). -----

Entregou aos Senhores Vereadores um mapa com o ponto de situação das candidaturas do Pacto da Comunidade Intermunicipal, explicando que por essa razão há a necessidade de se fazer uma redução significativa da receita e também na despesa. Acrescendo também aquilo que se passou com o projeto do Parque Botânico da Fábrica do Rio. -----

Na despesa de capital procedeu-se à criação de um projeto nas GOP's para aquisição de uma viatura para o serviço de jardinagem, uma vez que a viatura passa o tempo na oficina, em reparações, é dinheiro que se gasta, tempo que se perde e não se presta um serviço de qualidade à população. -----

Na despesa corrente reforçam-se também as rubricas genéricas de aquisição de bens e serviços, para fazer face às despesas a realizar no âmbito da pandemia, tais como: testes; máscaras; equipamento de proteção; desinfecções; sendo que se está a adquirir uma máquina para fazer essas desinfecções. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso fez uso da palavra, declarou ter as objeções habituais, que se prendem com a falta de investimento e por esse motivo não ia votar a favor da revisão orçamental supracitada. Aludiu que, no momento oportuno, leria a respetiva declaração de voto. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia tomou a palavra sublinhou que, sucessivamente, foi alertando ao longo do ano para a execução do Plano. Em novembro o Município tem uma execução orçamental de 56%, e esta situação não é incomum. -----

Houve alertas sucessivos para um conjunto de processos que estavam a atrasar e a arrastar-se, designadamente estudos e projetos que agora são propostos para o Plano de Atividades de 2021. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Segundo parece, por qualquer motivo levou a que houvesse um atraso na realização desses projetos, que chegou a um desfasamento de quinhentos e quarenta e cinco mil euros (545.000,00€). Se lhe juntarmos ainda a receita que acrescentou com o IVA, mais um conjunto de receitas extraordinárias, estamos a falar de um desvio substancial, de quase novecentos mil euros (900.000,00€). -----

Portanto, visto desta maneira, se esta revisão orçamental não tiver outra justificação, não pode votar a favor da mesma. -----

----- O Senhor Presidente esclareceu que esta revisão orçamental apresenta uma revisão em baixa da despesa de capital, mas também tem a redução necessária para fazer face ao momento que estamos a viver, para redução dos efeitos da pandemia. Se esta revisão não for executada, há despesas para as quais não vai existir cabimentação. -----

Por outro lado, há processos que sofreram atrasos, como por exemplo a revisão do PDM, devido à alteração da legislação e que não permitiram a respetiva execução da despesa. -----

É de conhecimento que há que evitar o empolamento dos orçamentos, sendo que a lei que obriga as Câmaras Municipais a ter uma execução de 85%, foi criada exatamente para esse fim. Contudo, devia ser acompanhada pelas instituições públicas, pelo Governo, pelas CCDR's e por todos aqueles que estão ligados ao financiamento das Câmaras Municipais, no que diz respeito aos prazos de aprovação das candidaturas. -----

Não há nenhuma Câmara do país que, neste momento, não faça esta necessária revisão orçamental, tal como acontecia no anterior mandato. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia deixou a ressalva que pode ser feita uma alteração orçamental para fazer face às despesas proferidas pelo Senhor Presidente. -----

De acordo com os elementos que dispõe, com as diversas intervenções que foi fazendo ao longo do ano, alertando para um conjunto de processos, que agora aparecem previstos para 2021, tais como estudos e intervenções que podiam ter sido executadas. -----

Aludiu que aquando da discussão da Conta de Gerência, apresentará o conjunto de intervenções sobre matérias que não foram executadas e que estão previstas para o ano de 2021. -----

Explanou que a sua participação nesta Câmara, deve ser uma componente ativa a ser ouvida, pois nunca foi oposição ao sistema, nem pessoal nem institucional. Sempre apresentou um conjunto de sugestões que lhe pareciam razoáveis. -----

Concordou com o Senhor Presidente quando referiu o caso concreto do PDM, visto que o próprio Governo já fez a segunda prorrogação, já estamos no terceiro prazo da entrega do PDM. Mas, o mesmo não pode dizer dos restantes projetos que ficaram por executar. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

423 -  
Handwritten signatures and initials in blue and black ink.

Pedi que se reequacione esta revisão orçamental com alguma justificação, uma vez que a justificação que foi dada é para assimilar uma receita de mais de cem mil euros, tendo-se aumentado a receita que já estava exacerbada e para a qual foram alertando. -----

----- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão solicitou a palavra, disse que não percebe porque é que numa altura em que a Câmara vai aprovar o Plano de Atividades e Orçamento para 2021, aparece uma revisão orçamental relativa ao orçamento de 2020. Do seu ponto de vista, deveria fazer-se um orçamento muito mais consentâneo com a realidade, para evitar esta situação. -----

----- O Senhor Presidente explicou que caso não seja efetuada a referida revisão orçamental a Câmara pode ser penalizada se não chegar aos 85% de execução. Ninguém tenha dúvida que o que leva ao incumprimento do Orçamento não é a vontade do Presidente da Câmara ou do Executivo, nem é por falta de dinâmica. -----

Sublinhou que muitas vezes há fatores externos e alheios à Câmara Municipal, que não permitem avançar com os projetos. A título de exemplo, referiu que as candidaturas, que trazem receitas à Câmara, param sistematicamente na CIM e na CCDR. -----

Explanou que no Orçamento de 2021, pretende-se inscrever rubricas orçamentais com valores ínfimos, apenas para abrir a rubrica, pois se a mesma for dotada com o valor total do projeto, vai-se cair exatamente no mesmo erro. Indicou que se pode empolar o orçamento em função do que se pretende fazer, mas depois tem de se rever em baixa, em função da dinâmica de outras instituições. Salientou que este é o grande problema de todas as Câmaras Municipais. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso discordou da explanação proferida pelo Senhor Presidente. Avocou que em vez de se ter colocado um milhão e duzentos mil euros (1.200.000,00€) nas verbas de fundos comunitários, se apenas tivesse colocado o montante de seiscentos mil euros (600.000,00€), neste momento o Executivo estaria a fazer uma revisão para aumentar a receita e não para a diminuir. Afirmou que o Senhor Presidente fez quatro orçamentos, em que todos tinham a receita empolada. -----

----- Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção da Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão, os votos contra dos Senhores Vereadores José Manuel Custódia Biscaia e José Manuel Saraiva Cardoso e o voto de qualidade do Senhor Presidente da Câmara, aprovar a referida revisão. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso apresentou uma declaração de voto que em seguida se reproduz:

**Revisão nº 3 ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2020**  
**Declaração de Voto**



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*Nos quatro momentos de apresentação e discussão das GOPS ao longo deste mandato, alertámos para o excessivo empolamento da receita orçamental, mas teimosamente e até com alguma sobrançeria, as nossas advertências caíram em saco roto, porque o Executivo sempre entendeu que era preferível apresentar orçamentos ficcionados, mas mais gordinhos.*

*Pre vemos que no ano de 2021 o cenário seja idêntico, mas já sabemos, através de números que estão à vista de todos, que em 2018, 2019 e 2020 as nossas previsões se confirmaram, o que muito lamentamos.*

*Com valores de receita fictícios e exagerados, a penalização recaiu, invariavelmente, sobretudo nas despesas de investimento, que, como temos dito, durante os últimos três anos tiveram as mais baixas execuções desde o início dos anos 90. Isto não é uma opinião política, é uma evidência numérica facilmente verificável.*

*Poderão argumentar-nos que em 2020 o erro é um pouco menor que nos anos anteriores e é amenizado por receitas não previstas. É verdade, mas continua a ser um erro com muito significado, a ultrapassar os 900.000 € de anulações e 376.000€ de reforços. Estamos a referir-nos exclusivamente à terceira revisão orçamental, esqueçamos as anteriores.*

*Os números, só por si, têm a importância que têm, mas se formos mais analíticos e formos verificar as consequências dos atrasos, da inação, da letargia, dos conflitos internos, constatamos que houve pelo menos 34 ações de investimento que ou tiveram sobressaltos na execução ou nem sequer se iniciaram, como constatamos na página seguinte, com o somatório a atingir os 570.265,00 €, conforme Anexo que faz parte integrante da presente declaração.*

*Porque entendemos que durante mais um ano foram goradas as expectativas dos Manteiguenses em relação a um orçamento e um plano de atividades ficcionados, só nos resta votar contra esta revisão orçamental, que mais não é do que um artifício contabilístico para iludir os incautos.*

*Manteigas, 18 de novembro de 2020*

*Os Vereadores do Partido Social Democrata*

*José Manuel Custódia Biscaia*

*José Manuel Saraiva Cardoso”*



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*[Handwritten signatures and notes]*  
- 425 -

### Anexo

Ações	Montantes Anulados na revisão orçamental
Aquisição de viaturas	7 400,00
Beneficiação e reparação de edifícios em Sameiro e V. Amoreira	5 400,00
Passeio panorâmico de V. Amoreira – orçamento participativo	1 900,00
Mbeacon - orçamento participativo	3 000,00
Caminho para prática de turismo em espaço rural - orçamento participativo	4 900,00
Passadiço da água - orçamento participativo	4 900,00
Área de serviço para autocaravanas - orçamento participativo	4 900,00
Apoio a associações de carácter social	66 000,00
Reabilitação do Bairro Social do Alardo	14 000,00
Reabilitar para arrendar - 1º direito	11 800,00
PERID	29 000,00
PAPF	6 265,00
PP das Penhas Douradas	28 000,00
Praça Central da Vila	25 000,00
Cartografia	4 900,00
UOPG da Reboleira	5 400,00
UOPG do Covão da Ametade	2 400,00
Requalificação da Envolvente da Fonte Santa	45 000,00
ORU espaço central da vila	2 200,00
ARU de Sameiro	6 400,00
ARU de Vale de Amoreira	6 400,00
ORU zona empresarial e ribeirinha	2 200,00
Centro de Energia Viva de Montanha	26 900,00
Parque Ambiental da Fábrica do Rio	96 000,00
Casa do Povo	9 900,00
Manutenção das Piscinas Municipais	1 400,00
Equipamento do Centro Cívico	25 000,00
Equipamentos desportivos	2 900,00
Ampliação da Seda do BTT	48 000,00
Arranjo da envolvente da Sotave	50 000,00
Investimento em eficiência energética	2 600,00
Passeio do Zêzere	12 600,00
Trilhos Verdes	1 600,00
Redes WiFi	6 000,00
<b>Total</b>	<b>570 265,00</b>



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

**Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2021: apreciação e deliberação sobre a remessa à Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea c), do nº 1, do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.** -----

----- Foram presentes as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2021, nos termos do previstos na alínea c), do nº 1, do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 45º, nº 1, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro. -----

----- O Senhor Presidente tomou a palavra para tecer algumas considerações sobre o assunto mencionado em epígrafe. -----

Explanou que no documento em apreço é feita a apresentação do que se pretende fazer, com a contabilidade da receita que se pretende arrecadar. Sublinhou que se tentou ser o mais justo e o mais correto possível, em termos contabilísticos e na soma das receitas, sem as empolar. -----

Há projetos inscritos neste Plano de Atividades e Orçamento para obviar o bom cumprimento e evitar explicações como aquelas que foram proferidas no ponto anterior, embora do seu ponto de vista, as mesmas não sejam absolutamente corretas. -----

Ainda assim, disse preferir que seja necessário fazer-se um ajustamento e se for necessário até fazer revisões em alta, devido a candidaturas que, entretanto, sejam aprovadas e devidamente financiadas. Deu nota que, atualmente, estão em curso candidaturas que foram apresentadas diretamente em Bruxelas, nomeadamente, no âmbito da Europa Social. -----

Explanou que esses projetos estão dotados com rubricas extremamente baixas, apenas para os sinalizar, e caso venham a ser aprovados terá de se fazer essa revisão em alta. Por exemplo, um desses projetos é na ordem dos quinhentos e sessenta mil euros (560.000,00€), e contempla a execução de atividade imateriais, mas também a possibilidade de compra e/ou reparação de edifícios. Na qual se integra a Casa do Povo, que é um dos projetos que foi incluído nessas candidaturas à Europa Social. -----

Sublinhou tratar-se de um Plano de Atividades que tem projetos que se repetem, e já se repetiram, porque já vêm de há três ou quatro anos, sendo que os mesmos não foram desenvolvidos por falta de aprovação de candidaturas, e não há certezas quanto à fase em que virá o financiamento. -----

Na relação das candidaturas, que foi entregue nesta reunião, consta um projeto cuja candidatura não está aprovada e cujo montante é significativo; há um outro projeto que já está desenvolvido e realizado que foi a recuperação das escolas, cuja candidatura ainda não está aprovada, mas cujas obras já estão pagas. -----

Por aquilo que se passou nos anos anteriores e que já foi justificado, até por uma boa parte dos Senhores Vereadores, a demora na aprovação de candidaturas obriga a projetar para o anos seguintes, os projetos que já vêm desde 2016 e 2017. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

427  
Cg

Há de facto uma continuidade, mas há fatores novos, bem como a introdução de novos projetos e uma nova dinâmica que tem de se criar, face à nova realidade que Manteigas está a desenvolver. O concelho tem cada vez mais gente, a economia de Manteigas, indubitavelmente, se não fosse a situação provocada pelo COVID-19, estava em acentuado crescimento. -----

Por esse motivo, é cada vez mais premente mostrar aquilo que se faz no concelho, promover aquilo que é a economia local e para esse mesmo fim pensou-se no projeto de localização/estudo prévio e projeto de execução do pavilhão multiusos; é necessário fazer parques de estacionamento, e embora essa matéria não esteja perfeitamente identificada no Orçamento, mas está contemplada nas vias municipais. -----

Para o próximo ano projetou-se o estudo de viabilidade económica da subida de Manteigas às Penhas Douradas. Saliu que o Município tem de estar preparado para o plano de recuperação económica e de resiliência 2020-2030, pois quem não tiver projetos realizados e feitos em carteira para candidatar, ficará certamente sem investimento e sem a realização de projetos importantíssimos para o crescimento económico, no caso concreto de Manteigas. -----

No que diz respeito ao Parque Urbano da Várzea, prevê-se um novo projeto para ampliar o que já aí existe; entrar em negociação com o proprietário do terreno ao lado; e fazer um aproveitamento lúdico do espelho de água. Este parque tornou-se bastante atrativo e não se pode deixar assim, visto que há a possibilidade de o ampliar e criar novas valências. -----

O Skiparque terá que, forçosamente, avançar em 2021 com a famigerada UOPG, que tem de integrar novas valências, que permitam uma solução futura para aquele espaço e que o tire do marasmo que tem estado até aqui. -----

Aludiu que, provavelmente, o Senhor Vereador José Cardoso irá questionar o motivo de não ter sido incluído um conjunto de ações, bastante extenso, que propôs. Contudo, na sua opinião, o Senhor Vereador José Cardoso fez um exercício pouco correto, pois elencou intenções do Partido Socialista que foram reprovadas pela população em 2013 e que deram lugar a outro tipo de projetos que foram apresentados pelo PSD. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso retificou que apenas tinha elencado as ações que constam no programa eleitoral do PS no ano de 2017. -----

----- O Senhor Presidente prosseguiu com a sua explanação, referiu que olhando para os três anos que já passaram deste mandato, aquilo que estava previsto no seu programa eleitoral está quase tudo feito. -----

Indicou que aquilo que é apresentado neste Plano de Atividades é o que é possível, e embora possa parecer que tem as receitas empoladas, diligenciou-se para que isso não acontecesse, correndo o risco de ser um Orçamento, em termos financeiros, aquém daquilo que realmente vai



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ser possível. Desde logo há um acréscimo, que tem sido sistemático, naquilo que são as transferências do Estado. As receitas estão perfeitamente calculadas. -----

Aludiu que gostariam de ter mais receita, mais projetos, mais desenvolvimento. Ainda assim, irá tentar-se com a pouca verba que o Município dispõe, aplicá-la de uma forma correta e de acordo com as necessidades do concelho de Manteigas. -----

Declarou não ter a pretensão de que os documentos mencionados em epígrafe, sejam votados favoravelmente por todos os membros do Executivo, visto que as discussões dos pontos anteriores refletem, claramente, que nem todos os Senhores Vereadores irão votar a favor desses documentos. -----

Ainda assim, realçou que este Plano de Atividades e Orçamento tem projetos que foram apresentados pelos Senhores Vereadores, no sentido de serem aprovados, e a presença desses projetos pode ter algum significado. até na consciência daquilo que pode ser a decisão final. Deixou o documento à apreciação dos Senhores Vereadores e respetiva votação para remessa à Assembleia Municipal. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso suscitou uma questão prévia. No Orçamento, na rubrica 060201, na página 1 da receita (página 28 do orçamento) aparece uma receita com o valor de trezentos e sessenta e cinco mil euros (365.000,00€). Especificou que aparece no Orçamento como se fosse um empréstimo, posto isto questionou a que diz respeito.

----- A Senhora Dra. Elisabete Dias, após lhe ter sido concedida a palavra pelo Senhor Presidente, explicou que se trata do saldo de gerência, que tem de ser incorporado numa rubrica que não seja utilizada, para depois ser incorporado através de uma revisão orçamental na rubrica correta. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso referiu que isso tem de ser explicado, porque esta rubrica destina-se a empréstimos. Afirmou que ainda antes de ser dada esta explicação, já sabia que se tratava do saldo de gerência, porque nos anos anteriores era colocado em outra rubrica. -----

Do seu ponto de vista, a apresentação do Plano de Atividades é desgarrada, é a pior que já leu de todos os orçamentos apresentados ao longo deste mandato. O documento não está mal escrito, contudo não gostou da apresentação. As ideias escasseiam, não existe estratégia e não há horizontes. -----

No que concerne ao Plano de Atividades e Orçamento, observou que mais uma vez o Centro de Ciência Viva continua omissa. Malgrado de todas as referências negativas que já foram tecidas ao estado em que se encontra a Escola de Hotelaria, também não conseguiu descortinar verbas, neste Orçamento, para a sua manutenção. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Handwritten signatures and the number 429 in the top right corner.

O Plano Estratégico de Comunicação do concelho de Manteigas, que mereceu grande destaque na apresentação do Plano de Atividades e Orçamento de 2019, agora em 2021 continua omissa na agenda de eventos. Temos um Plano de Comunicação há quatro anos e, salvo a questão da recolha do património imaterial, não há nenhum evento aí previsto que conste da agenda de eventos. -----

Inclusivamente, considerou que a referida agenda de eventos é impraticável. Infelizmente, vamos ter outro ano igual ao de 2020 e temos de ter uma agenda alternativa, adaptada aos dias que correm. A agenda clássica era boa, mas no atual contexto que se vive não faz sentido. -----

Avocou que verificou algumas contradições, sendo que se acena com a miragem dos seiscentos e trinta mil euros (630.000,00€) para o Passeio do Zêzere, e se nuns sítios se refere "Passeio", em outros designa-se de "Passadiços". -----

No texto redigido pelo Senhor Engenheiro João Carvalhinho é referido o termo "Passadiços, no texto escrito pelo Senhor Engenheiro João Gabriel é mencionado "Passeios". Um diz que a candidatura está aprovada, outro diz que não há garantia de financiamento. -----

No seu entendimento, é impraticável que a execução deste projeto inicie em 2021, pois falta rever o projeto, recolher pareceres. Só para se fazer o processo de expropriações, demora entre seis e nove meses. -----

É destacado o pavilhão multiusos de Manteigas, sendo que por aquilo que conhece, mesmos em cidades muito desenvolvidas, esses pavilhões funcionam duas ou três vezes no ano. Aludiu que, posteriormente verificou que se trata somente do projeto de execução, com uma verba alocada de dez mil euros (10.000,00€), e no PPI estão previstos duzentos e cinquenta mil euros (250.000,00€). Realçou que nenhuma Câmara consegue fazer um pavilhão desses com esse montante. A candidatura ainda não está feita e o financiamento já aparece definido. -----

Citou um trecho do Plano de Atividades, que refere: "*com impacto e ambição nasce o teleférico de Manteigas*". Disse ser mais adepto dos teleféricos do que dos passadiços. Está prevista uma verba de dez mil euros para os respetivos estudos, e embora não seja contra essa ideia, considerou ser ainda cedo, em função da evolução que teve o Plano de Pormenor das Penhas Douradas. Este investimento deve acompanhar esse Plano de Pormenor. -----

Após três anos de imobilismo, renasce a requalificação do Largo da Liberdade, que tem previsto um projeto de sessenta e cinco mil euros (65.000,00€), sendo que depois alguém há de arranjar os seiscentos mil euros (600.000,00€) para a obra, no próximo mandato. -----

Acontece quase o mesmo com o caminho do Covão da Ponte, que são cinquenta mil euros (50.000,00€) para 2021, mas o grosso da despesa é para os anos seguintes, ou seja, para o próximo mandato. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

A candidatura da localização de empresas locais tem previsto um valor de cento e trinta mil euros (130.000,00€) em 2021. Na sua opinião, com o saldo de tesouraria que o Município possui, pode-se fazer isto e muito mais, contudo os restantes duzentos mil euros (200.000,00€) são para o mandato que vier a seguir. -----

No que concerne à envolvente da Fonte Santa, disse que com anulações e reforço de verbas no orçamento, acredita que seja executada, com um investimento de trezentos e vinte e cinco mil euros (325.000,00€); tal como disse acreditar que se conclua a reabilitação do Bairro Social do Alardo, que estranhamente não tem execução financeira este ano. Fez votos que ainda tenha. --  
Sublinhou que continua sem se saber o que vai acontecer com os conteúdos da Lã e da Neve, que foi uma candidatura feita à ADRUSE. A obra foi feita à pressa no último mandato, quando o Executivo tomou posse, pois o prazo era curtíssimo, a parte que diz respeito à construção civil está pronta, mas continua sem conteúdos. -----

O Parque Ambiental da Fábrica do Rio vai pela terceira vez a concurso, tendo feito votos que o preço base do concurso se adequa aos preços de mercado e alguém pegue na obra, visto que aquela zona merece ser requalificada. -----

Os programas PERID e PAFP, apesar do pedido expresso, e que são o sustento de vários postos de trabalho, foram dotados mais uma vez com verbas residuais, o mesmo aconteceu com o programa 1º Direito, que parece que está dependente de candidaturas. -----

Apesar de todas as contingências do Mundo, da Europa e do país, o Orçamento cresce 11%, vai crescer setecentos e setenta mil euros (770.000,00€), mas depois tem de se retirar novecentos mil euros (900.000,00€). -----

Assinalou que vão crescer desmesuradamente os serviços de contratação de pessoal, com catorze admissões num ano, o que significa um aumento de 23%. São nove postos de trabalho que transitam de 2020 e que ainda não estão concretizados, mais cinco do próximo ano. -----

Constatou que os acordos de execução com as Juntas de Freguesias não foram revistos ao longo de todo o mandato, depois de toda a discussão que houve na Assembleia Municipal sobre esta matéria. Afirmou que, ainda bem que agora os acordos de execução já são bons. -----

Por último, referiu ser a quarta vez, neste mandato, que alerta para o facto de não terem sido recolhidos os pareceres do Conselho Municipal da Juventude e do Conselho Empresarial, sobre o Plano de Atividades e Orçamento, pareceres esses que são obrigatórios. Declarou que a sua intenção de voto será votar contra os documentos em apreço e aquando da votação apresentará uma declaração de voto. -----

----- O Senhor Presidente clarificou que o Centro de Ciência Viva não está omissa no Orçamento. Explicou que está em curso o Centro de Energia Viva de Montanha com vista à



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*Handwritten signatures and the number - 431 -*

transformação num Centro de Ciência Viva. Enquanto o primeiro não estiver concluído, não pode existir o segundo. -----

No que concerne ao Pavilhão Multiusos, explicou que apenas foi criada uma rubrica a sinalizar essa ação e será feita uma candidatura à CCDR, com o intuito de se conseguir financiamento para depois reforçar no Orçamento, tal como vem explicado nos documentos. -----

Explicou que todos os postos de trabalho que estão previstos para 2021 são necessários, uma vez que há muitos trabalhadores a solicitar a aposentação. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia fez uso da palavra, disse que não concordava que na introdução do Plano de Atividades se leia o parágrafo que em seguida se passa a citar: *"O ano económico de 2021 irá iniciar-se sobre a espada da nefasta e pandémica que assolou o mundo e não para de crescer, sem que se veja a tão almejada luz ao fundo do túnel."* Sinceramente, sem ser isto verdade, não sendo mentira, então teria de se fazer a ilustração do desenvolvimento subsequente, mas tal não foi feito. Do seu ponto de vista, essa afirmação poderia ter sido evitada. -----

É dito na apresentação que se vai iniciar um conjunto de estudos e projetos, designadamente, o processo de definição do local do pavilhão multiusos; o estudo de expansão do Parque Urbano da Várzea e outros que é preciso ter em carteira. Contudo, a verba que está destinada para a aquisição de terrenos é muito diminuta, sobretudo quando tem que se ter terrenos para a passagem do Passeio do Rio Zêzere e para a Várzea. -----

A Câmara tem executado 38,2% das despesas de investimento, embora admita que ainda suba para 40%, mas não deve não passar muito além dessa percentagem de execução. -----

É feita referência à Relva da Reboleira como intenção. Deixou manifesta a sua mágoa, uma vez que foi decidido pela Câmara, com seu voto, mais com voto do Senhor Presidente e da Senhora Vice-Presidente, que relativamente ao processo da Relva da Reboleira seria feito um acordo contratual, nos termos do que foi proposto e deliberado. -----

----- O Senhor Presidente explicou que ainda não houve execução dessa deliberação, porque está dependente do parecer da CCDR, que foi aprovado por unanimidade pelo Órgão Executivo. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia salientou que esse parecer só foi pedido seis meses depois de ter sido aprovado. Nada foi feito e agora aparece para 2021. Explicou que chamou a atenção para isto, porque uma deliberação não contrariava a outra. Os três elementos do Executivo votaram a favor da proposta que foi apresentada pelo Senhor Presidente, relativamente a esse acordo contratual, sendo que tal deliberação não foi cumprida. Aludiu que é referido pelo Senhor Presidente, que assume compromissos com os quais se comprometeu, quando não é verdade, pois nem sequer consta um único projeto nestes documentos. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Na sua opinião, isto é o exacerbar de uma mentira, que vai dar seguimento à mentira. Explanou que a proposta apresentada pelo Senhor Vereador José Cardoso para este Orçamento e Plano de Atividades para o ano de 2021, mais não era do que os projetos que o PS apresentou aos manteiguenses. -----

Avocou que não via da parte dos serviços do Município a apresentação de um diagnóstico de situação, sobre o qual se sustente algumas propostas. A título de exemplo, referiu o serviço de informática e telecomunicações, que refere apoios dos projetos e candidaturas da área tecnológica em curso no Município. -----

Na área da Juventude e Educação é referido, cito: *“especialmente neste contexto tão inusual, em que a pandemia do COVID 19 impõe a adoção de medidas e metodologias inovadoras e a resolução de constrangimentos para assegurar o acompanhamento a todos os alunos”*. Refletiu que a Câmara não tem de fazer isso, pode eventualmente fazer o apoio logístico que entenda.

Este documento era a única hipótese de cada serviço fazer um diagnóstico das suas atividades, pois a parte política e das opções cabe ao Senhor Presidente, agora cabe a cada um dos serviços do Município dar a conhecer as respetivas atividades no seu diagnóstico. -----

É preciso corrigir, também, a forma como o documento está escrito, que nem sempre é a mais correta. A maior parte dos serviços são vagos e desconhecem o que foi feito, quantas ações foram executadas, sendo que as ações previstas estarão no calendário das diversas ações. -----

No que diz respeito ao programa 1º Direto, foi decidido pela Câmara que o respetivo diagnóstico, que é obrigatório, seria feito pelo IPG. O Senhor Presidente já podia ter informado o Executivo do ponto de situação do processo com o IPG. -----

Recordou que, reiteradamente, em reuniões anteriores, questionou qual era o desenvolvimento do processo, tendo solicitado que o gestor do processo o esclarecesse e, embora a resposta tenha sido dada, a verdade é que a mesma não respondeu a nada em concreto, continuando sem ter o conhecimento concreto do que se passou. -----

No que diz respeito ao ordenamento do território, a revisão do PDM já consta com três prazos distintos, sendo que a última irá até setembro de 2021. No entanto, o Plano de Atividades indica que em 2021 este processo entrará na fase final, quando na verdade tem de ser concluído em 2021. -----

Chamou à atenção que nos documentos em apreço faz-se, novamente, referência ao Plano de Pormenor da Relva da Reboleira, em vez de UOPG da Relva da Reboleira. Solicitou que se distingua se é Plano de Pormenor ou UOPG. Quanto ao meio mecânico, indicou que desconhece se o meio tem de ser realmente mecânico, na sua opinião deveria deixar-se a ideia em abstrato, mencionando apenas que é um meio de transporte de subida e de descida. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Handwritten signatures and the number 433 in the top right corner.

No que concerne às obras municipais, declarou que o Senhor Presidente preparou bem, politicamente, os eventos para o próximo dia 04 de março ou 25 de abril. Pois, certamente, que fará a apresentação da Fábrica do Rio e mais um ou outro projeto, nessas datas, sendo que não tem mal algum. -----

Ainda assim, se pretende que a Fábrica do Rio seja visitável e que o projeto esteja concluído em março ou abril, deve ter o cuidado de dar um novo rosto ao edifício mais pequeno que está à entrada da Fábrica do Rio, ou o deita abaixo ou o requalifica. -----

Mais é referido nos documentos em apreço, que o Centro de Energia Viva de Montanha abre as portas em 2021; bem como a conclusão do Parque Ambiental da Fábrica do Rio, depois de ser colocado a concurso pela terceira vez. Disse não acreditar que com estas demoras todas a abrir o concurso, que a obra esteja terminada em 2021. -----

Salientou que dos sessenta e sete projetos que estão inscritos no Plano Plurianual, vinte cinco, teoricamente, irão ser concluídos em 2021 e não são os mais caros. A execução dos restantes quarenta e dois projetos é relegada para os próximos anos. -----

No que diz respeito à requalificação da Fonte Santa, disse acreditar que essa obra possa ser executada no próximo ano. -----

Quanto ao concurso de conceção da Praça, estamos a falar somente de pré-investimento, ou seja, de preparação para o investimento. Alegou que, também, neste processo ninguém informou o Executivo sobre o respetivo ponto da situação. Questionou se a Ordem dos Arquitetos foi ou não excluída do concurso. -----

Os documentos em apreço fazem, ainda, menção à antiga escola primária de Vale de Amoreira, que pelo que teve conhecimento já está concluída; há ainda o estudo prévio do teleférico de Manteigas – Penhas Douradas; o projeto de execução do pavilhão multiusos, sendo que não há nada em concreto que justifique o investimento previsto de dez mil euros (10.000,00€), pois está tudo diferido para 2022, 2023 e anos seguintes. -----

É dito que se vai reestudar o desenvolvimento do Parque da Várzea, contudo ao verificar a verba que está prevista para o efeito, constatou que a mesma é escassa. -----

É referido que *“para além da feijoca de Manteigas será dado destaque ao cogumelo, à truta, à lã e ao queijo, para esse efeito, serão dinamizadas ações de valorização destes elementos diferenciadores que caracterizam Manteigas e as suas gentes”*. Aludiu que isto é bonito de se dizer, mas não há uma medida concreta para o efeito. Os serviços do Município têm de ter isto pré-programado e explicarem o que se pretende fazer para esse fim. -----

Para a criação de postos de trabalho está prevista uma verba de cerca de cem mil euros (100.000,00€). -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Indicou que relativamente ao Passadiço do Zêzere, caso se tivesse começado a fazer a sinalização dos terrenos, o projeto já poderia ter execução. Recordou que neste processo ainda está de pé uma questão que a Senhora Vereadora Irene Leitão fez, quanto à adjudicação daquele projeto, e que o Senhor Presidente disse que não sabia de nada. Informou que segundo os elementos que o Senhor Presidente lhe cedeu, este foi interventor no processo, meses antes do término do seu primeiro mandato. -----

Alertou que nos documentos em apreço há algo que, neste momento, não é verdade, relativamente ao comércio e turismo, em que é dito: *"que fruto da pandemia provocada pelo coronavírus COVID 19, muitas foram as ações canceladas ou adaptadas à nova realidade, no sentido de conter o contágio epidemiológico que rapidamente alastrou pelo mundo. Felizmente, para além do número reduzido de casos positivos registados no concelho até ao momento"*. Solicitou que este trecho fosse retirado do documento supracitado. -----

Depois é ainda referido: (...) *"houve uma grande procura turística durante os meses de verão no interior do país, destacando-se o concelho de Manteigas como o território onde mais cresceu o consumo comparativamente ao verão de 2019."* (...) *"esta situação obviou os constrangimentos sociais e económicos que daí poderiam resultar."* Fez a ressalva que, já nesta reunião, tinha avocado que é necessário apoiar o comércio. -----

Explanou que tudo o que leu foram processos que estiveram parados e para os quais, sucessivamente, durante estes três anos, foram alertando que tinham de ser mobilizados. As propostas que foi apresentando não conseguiram guarida durante três anos. -----

Para 2021 prevê-se acima de tudo, estudos, levantamentos, inícios de processos, que do seu ponto de vista não são nada adequados aquilo que se imprime na sua primeira versão, que é o bem-estar de Manteigas, o aumento da população e de postos de trabalho. -----

Relativamente aos postos de trabalho, para além daquilo que está previsto como financiamento das empresas e empregados, deu nota que o PAFP não teve execução praticamente nenhuma.

Quando se espera aumentar postos de trabalho, tem de se incrementar o que já temos. Primeiro temos ARU's, que são importantíssimas, visto que podem fomentar vendas, alugueres, reconstrução de casas, uma vez que o IVA está mais reduzido, bem como o IMI e o IMT. -----

Portanto, é nesta altura que se deveria apostar em dar ocupação a uma indústria, que ainda se vai mantendo com alguma capacidade, que é a construção civil, através do PAFP, do PERID, bem como o 1º Direito. No seu entendimento, é nestas áreas que se deveria investir e não ter as verbas escassas que estão previstas. -----

Por outro lado, é referido que se quer comprar e recuperar casas, contudo, a rubrica está dotada com dez mil euros (10.000,00€). -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Handwritten signatures and the number 435 in the top right corner.

----- O Senhor Presidente esclareceu que o PAFP vai ter execução ainda no presente ano, pois estão em curso uma série de obras, nesse âmbito. -----

Explanou que se dotarem as rubricas com verbas exageradas, é dito que o Orçamento está empolado, se as sinalizarem com vista às necessárias revisões orçamentais, caso venha a verificar-se a possibilidade de candidaturas, é dito que a rubrica podia estar dotada com maior verba. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia indicou que isso pode ser sanado com uma revisão orçamental. -----

Indicou que neste Plano de Atividades constam as ARU's de Sameiro e de Vale de Amoreira. Questionou qual a razão de estas não terem sido feitas no ano de 2020, visto que a ARU é para induzir a procura. -----

Referiu que dos sessenta e sete projetos que foram apresentados, os mais vetustos não são para executar, são para estudos ou projeções para quatro anos. E desse conjunto de projetos apenas executa vinte e cinco. Portanto, corre-se o risco de ter rubricas subdimensionadas ou sobredimensionadas. -----

Mandam as boas regras, que com 40% de execução de investimento, o valor global final do Orçamento fosse menor, embora este também não seja muito grande e, inclusivamente, o investimento é apenas um terço do total do Orçamento. -----

A segunda crítica é o autoconsumo. Serão catorze os postos de trabalho que serão preenchidos em 2021. O documento em causa refere que o número de postos de trabalho preenchidos são sessenta e um, a preencher são catorze, o que somado dá um total de setenta e cinco postos de trabalho. Deveria de haver uma explicação, pois caso contrário aponta-se para um quadro de pessoal de setenta e cinco pessoas. Há aqui um autoconsumo que em quatro anos tem um acréscimo de mais de 20% de pessoal. -----

----- O Senhor Presidente clarificou que não se vai criar catorze postos de trabalho novos. Explicou que nove foram aprovadas no Mapa de Pessoal para o ano de 2020, o respetivo concurso está a decorrer, mas só serão admitidos em 2021. -----

Atendendo a que houve mais alguns trabalhadores que se reformaram e outros que iniciaram o processo de aposentação, propõe-se abrir cinco postos de trabalho no próximo ano, três deles destinam-se a substituir esses trabalhadores e dois postos de trabalho serão para o Centro de Energia Viva de Montanha. -----

Explanou que como os processos de aposentação estão em curso, esses postos de trabalhos têm ainda de constar do Mapa de Pessoal em 2021. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia tomou a palavra para concluir a sua explanação sobre os documentos em apreciação. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Sublinhou que não há nada de novo neste orçamento, continua-se a incorrer em alguns erros, sendo que alguns já estão reconhecidos e tentou-se corrigi-los, através de locação de verbas mais reduzidas. Ainda assim, do seu ponto de vista não corresponde nem às propostas que foram apresentadas politicamente, nem aquilo que será a necessidade do concelho de Manteigas. Face ao exposto, declarou que pela primeira vez, neste mandato, ia votar contra o Orçamento e Plano de Atividades. -----

----- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão, no uso da palavra, indicou que tinha algumas considerações a fazer sobre os documentos supracitados, contudo ia relegá-las para a leitura da declaração de voto, de modo a não se repetir. -----

----- Foi aprovado, por maioria, com a abstenção da Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão, os votos contra dos Senhores Vereadores José Manuel Saraiva Cardoso e José Manuel Custódia Biscaia e o voto de qualidade do senhor Presidente da Câmara Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, submeter as Opções do Plano, a proposta de Orçamento acompanhada do Mapa de Pessoal (nos termos do nº 3, do artigo 28º e nº 4, do artigo 29º, da Lei nº 35/2014, de 20 de junho), para o ano de 2021, a aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea c), do nº 1, do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro conjugado com o artigo 45º, nº 1, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão fez uso da palavra, leu uma declaração de voto, que em seguida se reproduz:

### *"Declaração de voto*

*Da leitura do plano de actividades para 2021, pode constatar-se que o mesmo pouco ou nada difere do apresentado para 2020, configurando tão só a intenção volitiva de gestão corrente do Município, sem rasgo de inovação e projecção de iniciativa para o futuro.*

*Ao nível dos diversos sectores, existem tão só (com excepção de algumas acções concretas no âmbito da cultura) projecções genéricas, sem qualquer conteúdo que densifique e ilustre a forma para a consecução de um ou outro objectivo timidamente proposto.*

*A título exemplificativo refiro tão só algumas das áreas que, do meu ponto de visto deviam ter um cuidado acrescido e um maior empenho na sua definição, desde logo:*

*Defesa da floresta contra incêndios, necessidade de apresentar um plano estruturado de defesa, (vg. que acções concretas se propõe o executivo fazer para prevenir os incêndios?. Pensou criar junto dos serviços municipais um grupo de trabalhadores que limpe os caminhos, os asseiros e as matas e na época de verão a vigilância permanente da floresta? Que forma (para além da dialéctica teórica) prescreve para conciliar protecção da natureza com a sensibilização da população escolar para a preservação do espaço natural, senão mostrar-lhe como se faz?*

*Relativamente ao ordenamento do território e urbanismo, para além da referência à concretização do PP da Relva da Reboleira e do PP das Penhas Douradas, que de acordo com o plano de actividades para 2020 ( pg. 15 do mesmo ), deveriam estar concluídos neste ano de 2020, ( salientando que há 30 anos se espera a aprovação do PP das Penhas Douradas ), da referência à alteração do PDM, por imposição legal, e das operações de reabilitação urbana, que transitam do ano passado, não existe nada de novo.*



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*[Handwritten signatures and the number -437]*

*Os projectos e Obras da Câmara Municipal, continuam a ser os mesmos, Passeio do Zêzere, Parque da Várzea e parque Ambiental da Fábrica do Rio. É muito Parque...*

*Quanto ao abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos, faz depender a gestão dos mesmos da qualificação profissional de técnicos da autarquia*

*Na protecção de meio ambiente: banalidades; justificáveis pela facto de se encontrar devidamente protegido... é olhar em redor.*

*Nas actividades lúdicas programadas, também não se encontra inovação, contudo face às condições sanitárias actuais, mais não é exigível.*

*No âmbito agrícola, caça e pesca, haja realismo, previamente ao destaque dos produtos assinalados, a lã e o queijo, criem condições para que a actividade pastorícia floresça de novo no concelho. Não afastem quem pretende pastorear gado, como aconteceu alguns anos atrás.*

*No que concerne aos transportes, mobilidades, acessibilidades, congratulo-me ao verificar a previsão do arranjo da EN 338, bem como o acesso ao Covão da Ponte, no entanto não se terá esquecido de inserir a que liga as Penhas Douradas à lagoa do Vale do Rossim?. Quanto à colocação de lombas ou qualquer outro mecanismo de redução de velocidade, lamento não ver contemplado o troço da estrada junto à Escola Primária, ao Patronato e a suavização das que se encontram colocadas ao Valzedo.*

*Relativamente ao comércio e turismo, são apenas tecidas considerações do que é e do que poderia ter sido, não fosse a praga do COVID 19, não apresentando qualquer ideia do que poderá vir a ser.*

*A ideia promocional do concelho deverá ser explorada de forma intensiva, designadamente com spots publicitários na TV, pois as imagens da Manteigas, são NATURALMENTE o melhor chamariz para trazer turistas para o concelho.*

*O comentário ao item indústria e energia, foi relegado para último, porque este "será o primeiro". O mesmo prima pela ausência de qualquer proposta em concreto naquelas áreas, contendo apenas um conjunto de objectivos alcançar, sem contudo referir como.*

*Exemplificando, passo a citar (pg. 19) "criação de contexto favorável de investimento no interior, criação do crescimento económico sustentável através da criação de postos de trabalho e consequente fixação da população neste território "não existe a concretização de qualquer acção, que possa conduzir aos objectivos a atingir.*

*Como pensa o Sr. Presidente criar empregos? Tem dito bastas vezes, que não é função do executivo municipal, criar empregos e sim criar as condições para tal. Onde estão as ditas condições?*

*Se me permite, e porque na sequência do seu pedido de apresentação de propostas para o plano de actividades, foi por mim junto um elenco delas, não tendo tido nenhuma acolhimento, relembro tão só uma que poderia ( cuja altura para a sua concretização é a ideal, uma vez que é o partido ao qual V. Ex<sup>a</sup>. pertence que Governa, podendo V. Ex<sup>a</sup> junto do mesmo, exercer o seu poder de influência) que de uma só penada criava postos de trabalho, e trazia a Manteigas, gente que necessitaria daqueles serviços, incrementando durante a semana movimento nos estabelecimentos de restauração: Julgado de Paz*

*Iniciando conversações com o MJ no sentido de celebrar um protocolo para a instalação de um julgado de paz em Manteigas, que abranja os concelhos de Manteigas, Gouveia, Seia, Guarda e Sabugal, considerando a possibilidade do Município acordar a cedência do espaço para a instalação necessária ao funcionamento do mesmo, à semelhança do que acontece já em Belmonte.*

*Quanto ao Orçamento, subsumindo-se a razão dos números às considerações consignadas no Plano de Actividades, matematicamente estarão as contas correctas, ainda que a sua previsão esteja eventualmente incorrecta, tendo em conta ao nº de revisões efectuadas ao orçamento de 2020.*

*Manteigas, 18 de Novembro*

*A vereadora*



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Irene Leitão”

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso entregou a declaração de voto abaixo transcrita:

### **“Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2021 Declaração de voto**

*A partir do conhecimento dos planos de atividades e orçamentos apresentados nos últimos três anos (com as piores execuções em despesas de investimento desde há trinta anos), que nunca foram inovadores, ambiciosos, rigorosos nem fiáveis, são legítimas as reservas que se colocam sobre os documentos previsionais para 2021.*

*Lida e relida a Introdução às GOP's logo ressalta uma apresentação desgarrada, onde sobressai um fracassado exercício de ilusionismo, onde escasseiam as ideias, não existe estratégia e não há horizontes. É uma narrativa, velha, gasta e cansada que não permite aos Manteiguenses acreditar no presente e ter alento pelo futuro.*

*Apresentado o último orçamento do mandato é amargo constatar que 80% das ações mais relevantes do compromisso eleitoral do Partido Socialista apresentado em 2017 ficaram pelo caminho, o que significa uma gigantesca fraude política. De nada valeu ter relembrado essa infinidade de ações através de correio eletrónico remetido a todos os membros da Câmara Municipal.*

*Como já em anos anteriores, o programa de execução do PDM, que foi aprovado por unanimidade, continua a não ser vertido no Plano de Atividades, mesmo em relação a muitas ações de primeira prioridade, com o prazo a caducar.*

*Apesar de muitas insistências nestes três anos, o Centro de Ciência Viva de Montanha, o único que estava previsto para todo o Interior, continua omissa no Plano de Atividades;*

*Mau grado as referências negativas e públicas ao estado de conservação dos edifícios onde funciona a Escola de Hotelaria, mais uma vez não se prevê um cêntimo para a sua manutenção.*

*O Plano Estratégico de Comunicação do concelho de Manteigas, que mereceu grande destaque na apresentação do PA para 2019 e agora para 2021 continua omissa na agenda de eventos;*

*Apresenta-se uma agenda de eventos clássica e incomportável com a situação de epidemia que vivemos e que infelizmente prosseguirá, sem a mínima preocupação por uma agenda alternativa adaptada aos dias que correm.*

*Acena-se com a miragem de seiscentos e trinta milhões para o Passeio (ou Passadiço?) do Zêzere e tanto se diz que há candidatura aprovada como o oposto. Apesar de ser necessário rever o projeto, recolher pareceres e fazer expropriações, aponta-se 2021 como início da empreitada.*

*Sai do nada e destacado o Pavilhão Multiusos de Manteigas, mas afinal é só um projeto de execução de 10.000 euros. A obra será para quem cá estiver no próximo mandato, se conseguir adicionar outros 250.000 euros aos 250.000 previstos no Plano Plurianual de Investimentos.*

*Com “impacto e ambição” (sic) nasce o Teleférico Manteigas-Penhas Douradas. Afinal são só 10.000 euros para estudos e a ambição nem sequer merece honras para ser incluído no PPI.*

*Após três anos de imobilismo renasce a Requalificação do Largo da Liberdade – Praça Central da Vila - com um projeto de 65.000 euros que há-de merecer honras de muito marketing. A obra fica a cargo de quem vier a seguir se tiverem o engenho e a arte de angariar 600.000 euros.*

*Para o caminho florestal do Covão da Ponte são disponibilizados 50.000 euros; o grosso da verba, 100.000 euros será angariado por quem vier a seguir.*

*Sem garantia de financiamento de candidatura continua a Área de Localização de Empresas Locais na Sotave. 130.000 euros serão investidos em 2021; os restantes 200.000 euros serão angariados por quem vier a seguir.*

*Sucessivamente adiada, com anulações e reforços de verbas no orçamento, acreditamos na execução da Requalificação da Envolvente da Fonte Santa, com um investimento de 325.000 euros, como acreditamos na Reabilitação do Bairro Social do Alardo, com 142.500 euros.*



*Luís*  
*439*  
*[Signature]*

## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*Continuamos sem saber o que é que vai acontecer com os conteúdos da Lã e da Neve. Vai pela terceira vez a concurso o Parque Ambiental da Fábrica do Rio, com financiamento há muito garantido, com a esperança de que desta vez o preço base do concurso se adeque aos preços de mercado.*

*Os programas PERID e PAPP que durante muitos anos foram o sustento de várias dezenas de postos de trabalho, foram dotados com verbas residuais, o mesmo acontecendo com o 1º direito tantas vezes anunciado e nunca concretizado.*

*Apesar de todas as contingências do Mundo, da Europa e do País o orçamento cresce 11% em relação ao ano transato, o que corresponde a cerca de 770.000 euros.*

*Vão crescer também, desmesuradamente, se os serviços de contratação de pessoal forem eficientes, com 14 admissões, que correspondem a um aumento de 23% do número de efetivos num só ano.*

*Uma breve análise à receita, só para constatarmos que se prevê o recebimento, tal como em todos os anos anteriores, de uma verba superior a um milhão e duzentos mil euros, com execuções que andaram sempre abaixo dos 40%.*

*A receita de 365.000 euros da conta 060201 – Bancos e Outras Instituições Financeiras só podia ser um empréstimo. Trata-se, afinal, de uma previsão de receita respeitante ao saldo de gerência (?).*

*. Constatamos que os acordos de execução celebrados com todas as juntas de freguesia, veemente criticados na câmara, na assembleia municipal, nalgumas juntas e assembleias de freguesia passaram a ser bons por razões de natureza partidária;*

*Mais uma vez não foram recolhidos os pareceres do Conselho da Juventude e do Conselho Empresarial, o que quer dizer que nem aquilo que está regulamentado e é obrigatório se respeita.*

*Os documentos previsionais que apreciamos são uma manta de retalhos, sem coerência, sem estratégia, sem planeamento a médio e longo prazo, que não merecem voto favorável.*

*Manteigas, 18 de novembro de 2020*  
*Os Vereadores do Partido Social Democrata*  
*José Manuel Custódia Biscaia*  
*José Manuel Saraiva Cardoso”*

### **Deliberação sobre as Normas de Execução Orçamental 2021. -----**

----- Foram presentes as Normas de Execução Orçamental para o ano 2021, nos termos do previstos na alínea c), do nº 1, do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 46º, nº 1, alínea d), da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro. -----

----- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão deixou o reparo que se deveriam clarificar conceitos. O valor de cinquenta mil euros (50.000,00€) de isenção fiscal referido no artigo 11.º. Questionou o que é o documento equivalente a uma fatura, já que fiscalmente o conceito não existe. -----

Na defesa do ambiente, tantas vezes trazida à colação, solicitou que futuramente se remetam os documentos impressos a frente e verso. -----

----- Foi aprovado, por unanimidade, submeter as Normas de Execução Orçamental para o ano de 2021, a aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea c), do nº 1, do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 46º, nº 1, alínea d), da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

**Apreciação e deliberação sobre a remessa à Assembleia Municipal da autorização genérica no âmbito da Lei dos Compromissos (alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e nº 1, do artigo 12º, do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho).**

----- Foi presente a autorização genérica no âmbito da Lei dos Compromissos, no âmbito da alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e do nº 1, do artigo 12º, do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho. -----

----- Foi aprovado, por unanimidade, submeter a autorização genérica no âmbito da Lei dos Compromissos, a aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e do nº 1, do artigo 12º, do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho.

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

**Deliberação sobre o pedido de isenção de taxas formulado pela Associação de Pais e Encarregados de Educação do Concelho de Manteigas, relativamente à utilização do auditório municipal.** -----

----- Foi presente o pedido de isenção de taxas formulado pela Associação de Pais e Encarregados de Educação do Concelho de Manteigas, relativamente à utilização do auditório municipal. -----

----- Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a isenção da referida taxa. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

**Deliberação sobre o compromisso plurianual – ajuste direto para aquisição de serviços para edição e produção de vídeo promocional de Manteigas.** -----

----- Foi presente, para deliberação, o compromisso plurianual – ajuste direto para aquisição de serviços para edição e produção de vídeo promocional de Manteigas. -----

----- Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido compromisso plurianual. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

**Renovação de licença para “Ampliação e Requalificação de ERPI da Santa Casa de Misericórdia de Manteigas”.** -----

----- Foi presente, para deliberação, a renovação de licença para “Ampliação e Requalificação de ERPI da Santa Casa de Misericórdia de Manteigas”. -----

----- Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar os elementos apresentados com vista ao licenciamento da obra, de acordo com o proposto na informação técnica nº 3456/Proc. 20207450.10.204/174, datada de 13/11/2020. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Luís José dos Santos Melo - 441  
G  
J

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

**Deliberação sobre o projeto de arquitetura, referente à construção de edifício destinado a comércio – Luís José dos Santos Melo, Valzedo, Manteigas. -----**

----- Foi presente, para o projeto de arquitetura, referente à construção de edifício destinado a comércio – Luís José dos Santos Melo, Valzedo, Manteigas. -----

----- Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de arquitetura, de acordo com o proposto na informação técnica nº 5, constante no registo nº 7388, de 30/10/2020. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

**Deliberação sobre projetos de especialidades, referentes à construção de habitação unifamiliar – António Vicente Ramos Cleto, Rua da Arrifana, Manteigas.-----**

----- Foi presente, para os projetos de especialidades, referentes à construção de habitação unifamiliar – António Vicente Ramos Cleto, Rua da Arrifana, Manteigas. -----

----- Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar os projetos de especialidades e consequente licenciamento da obra, de acordo com o proposto na informação técnica nº 3230/Proc. 2020/450.10.204/105, de 28/10/2020. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

**Deliberação sobre a alteração de habitação unifamiliar – Christiane da Silva Sabino, Rua D. João de Castro, Manteigas.-----**

----- Foi presente, para deliberação, a alteração de habitação unifamiliar – Christiane da Silva Sabino, Rua D. João de Castro, Manteigas.-----

----- Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de arquitetura, de acordo com o proposto na informação técnica nº 3409/Proc. 2020/450.10.204/149, de 09/11/2020. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

**Finanças Municipais. -----**

----- Foi presente o Balancete de Tesouraria, respeitante ao dia de ontem, que acusa um saldo em dinheiro no montante de um milhão, quatrocentos e oitenta e nove mil, oitocentos e setenta e um euros e três cêntimos (1.489.871,03€). -----

----- E nada mais havendo a tratar, sendo cerca das dezassete horas e trinta minutos foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a presente reunião. -----

----- Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores presentes e por mim \_\_\_\_\_

Maria Gabriela da Palma Gomes Cravinho, Chefe da Divisão de Administração Geral, que a redigi.-----



# CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

*Luís António Ramos Sousa*  
*Luís António Ramos Sousa*  
*Luís António Ramos Sousa*  
*Luís António Ramos Sousa*  
*Luís António Ramos Sousa*

